



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**



**PORTO VELHO/RO  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**Unidade Agregada:** Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL

**PORTO VELHO/RO  
MARÇO/2012**

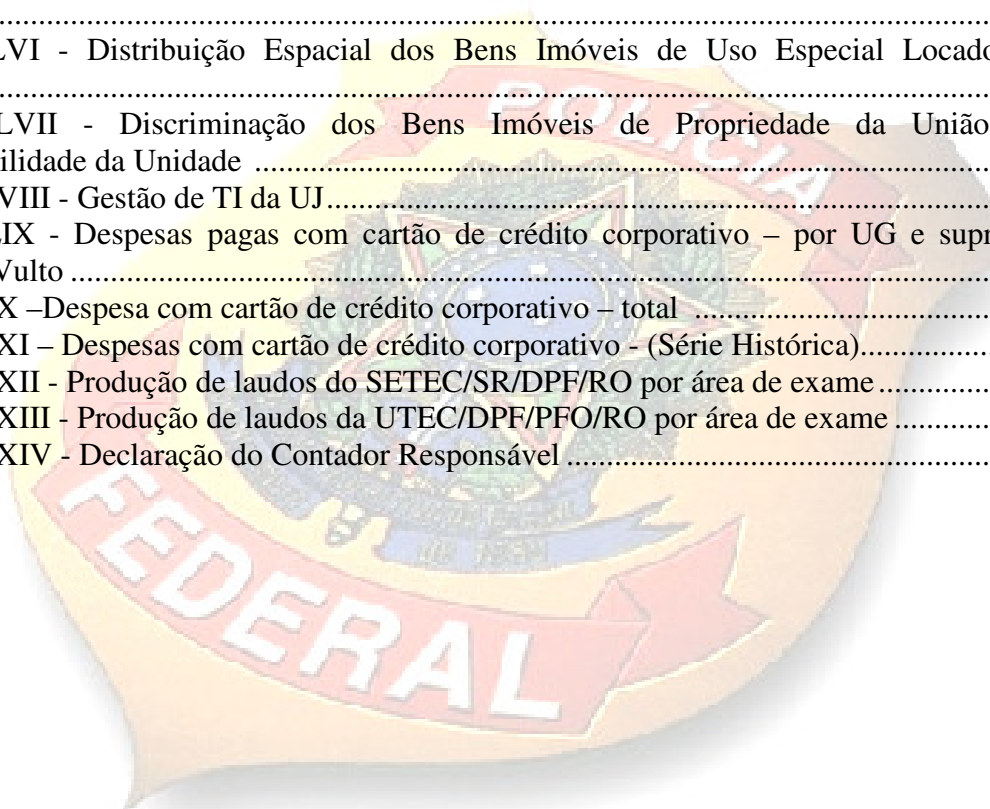
## LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União  
COF – Coordenação de Orçamento e Finanças  
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)  
CRH – Coordenação de Recursos Humanos  
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)  
DG – Direção Geral  
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal  
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial  
DN – Decisão Normativa  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO  
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO  
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO  
DRE - Delegacia de Repressão a Entorpecentes  
IN – Instrução Normativa  
IPL – Inquérito Policial  
GRFIN - Grupo de Repressão a Crimes Financeiros  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
N/A – não aplicável  
N/D – não disponível  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PMA – Plano de Metas Anual  
PF – Polícia Federal  
PIB – Produto Interno Bruto  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
RG – Relatório de Gestão  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
SETEC - Setor Técnico-Científico  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISCART – Sistema Cartório  
SR/DPF/RO - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Rondônia  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária  
SR – Superintendência Regional  
DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO  
DPF/GMI – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO  
DPF/JPR – Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/RO .....	8
Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual .....	15
Quadro III- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações .....	21
Quadro IV - Dados Gerais da Ação 2586 .....	23
Quadro V - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade .....	24
Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2679 .....	25
Quadro VII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade .....	26
Quadro VIII - Controle de produtos químicos .....	26
Quadro IX - Dados Gerais da Ação 2720 .....	28
Quadro X - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade .....	28
Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2726 .....	29
Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade .....	30
Quadro XIII - Dados Gerais da Ação 4572 .....	32
Quadro XIV - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade .....	33
Quadro XV - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011 .....	33
Quadro XVI – Dados do Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal .....	35
Quadro XVII - Dados Gerais da Ação 8980 .....	36
Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 8980 realizada pela Unidade .....	36
Quadro XIX – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo .....	36
Quadro XX - Dados Gerais da Ação 2000 .....	37
Quadro XXI - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade Gestora Tesouro ....	38
Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 2011 .....	39
Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 2011 realizada pela Unidade .....	40
Quadro XXIV - Dados Gerais da Ação 2012 .....	40
Quadro XXV - Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade .....	40
Quadro XXVI - Dados do Programa 181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento .....	41
Quadro XXVII - Dados Gerais da Ação 20CI .....	41
Quadro XXVIII - Execução Financeira da Ação 20CI realizada pela Unidade .....	41
Quadro XXIX - Dados do Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com cidadania .....	42
Quadro XXX - Dados Gerais da Ação 8375 .....	42
Quadro XXXI - Execução Financeira da Ação 8375 realizada pela Unidade .....	43
Quadro XXXII – Execução Física e Financeiras das Ações realizadas pela Unidade .....	44
Quadro XXXIII - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade .....	46
Quadro XXXIV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas .....	46
Quadro XXXV - Despesas por Modalidade de Contratação .....	47
Quadro XXXVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos .....	48
Quadro XXXVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....	49
Quadro XXXVIII – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira .....	54
Quadro XXXIX - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores .....	55
Quadro XL - Composição do Quadro de Recursos Humanos .....	57
Quadro XLI - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	57
Quadro XLII - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ ....	57
Quadro XLIII - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária .....	58
Quadro XLIV - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade .....	58
Quadro XLV - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	59

Quadro XLVI - Quadro de Instituidores de Pensão .....	59
Quadro XLVII - Composição do Quadro de Estagiários na UJ .....	60
Quadro XLVIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	61
Quadro XLIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	62
Quadro L - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	63
Quadro LI - Declaração do Responsável pela Área de Contratos .....	66
Quadro LII - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	67
Quadro LIII - Estrutura de controles internos da SR/DPF/RO.....	68
Quadro LIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	70
Quadro LV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	73
Quadro LVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	73
Quadro LVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade .....	74
Quadro LVIII - Gestão de TI da UJ.....	75
Quadro LIX - Despesas pagas com cartão de crédito corporativo – por UG e suprido - Pequeno Vulto .....	77
Quadro LX –Despesa com cartão de crédito corporativo – total .....	77
Quadro LXI – Despesas com cartão de crédito corporativo - (Série Histórica).....	78
Quadro LXII - Produção de laudos do SETEC/SR/DPF/RO por área de exame.....	80
Quadro LXIII - Produção de laudos da UTEC/DPF/PFO/RO por área de exame .....	80
Quadro LXIV - Declaração do Contador Responsável .....	84



## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO I</b> .....	8
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA</b> .....	8
<b>SEÇÃO II</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II TCU Nº 108/2010 - CONTEÚDO GERAL</b> .....	15
<b>SEÇÃO III</b> .....	16
<b>ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II TCU Nº 108/2010 - PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b> .....	16
2.1) Responsabilidades institucionais .....	16
2.1.1) Competência institucional.....	16
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	17
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	18
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011.....	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011.....	19
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	20
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	20
2.3.1.1) Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	21
2.3.1.1.1) Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional.....	23
2.3.1.1.2) Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	25
2.3.1.1.3) Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	28
2.3.1.1.4) Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesse da União.....	29
2.3.1.1.5) Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	32
2.3.1.2) Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	35
2.3.1.2.1) Ação 8980 - Construção e ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	36
2.3.1.3) Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	36
2.3.1.3.1) Ação 2000 - Administração da Unidade.....	37
2.3.1.3.2) Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	39
2.3.1.3.3) Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	40
2.3.1.4) Programa 181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão.....	41
2.3.1.4.1) Ação 20CI - Segurança para os V Jogos Mundiais Militares.....	41
2.3.1.5) Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania.....	42
2.3.1.5.1) Ação 8375 - Campanha do Desarmamento.....	42
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ.....	44
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	45
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	45
2.4.1.1) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	46
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa.....	47
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	47
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	47
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação.....	47

2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	48
2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	49
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	51
2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais.....	52
2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais.....	52
2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira.....	53
2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ.....	55
<b>ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II TCU Nº 108/20104 - Restos a Pagar.....</b>	<b>55</b>
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	55
<b>ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – Recursos Humanos.....</b>	<b>57</b>
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	57
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	59
5.3) Composição do Quadro de Estagiários.....	60
5.4) Demonstração dos custos de pessoal da UJ.....	60
5.5) Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	62
5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	62
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	64
<b>ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>66</b>
7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG E SICONV.....	66
<b>ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>67</b>
8. 1) Informações sobre declarações de bens e rendas.....	67
<b>ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>68</b>
9. 1) Estrutura de Controles Internos da UJ.....	68
<b>ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>70</b>
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	70
<b>ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>73</b>
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	73
<b>ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>75</b>
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação.....	75
<b>ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>76</b>
13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo.....	76
<b>ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>78</b>
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	78
15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	78
15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício.....	78
<b>ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010.....</b>	<b>78</b>
17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão.....	78
17.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos.....	83
<b>ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</b>	<b>84</b>
1. Declaração do Contador Responsável.....	84
<b>SEÇÃO IV.....</b>	<b>85</b>
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO I – Mapa estratégico do DPF.....</b>	<b>89</b>

## SEÇÃO I

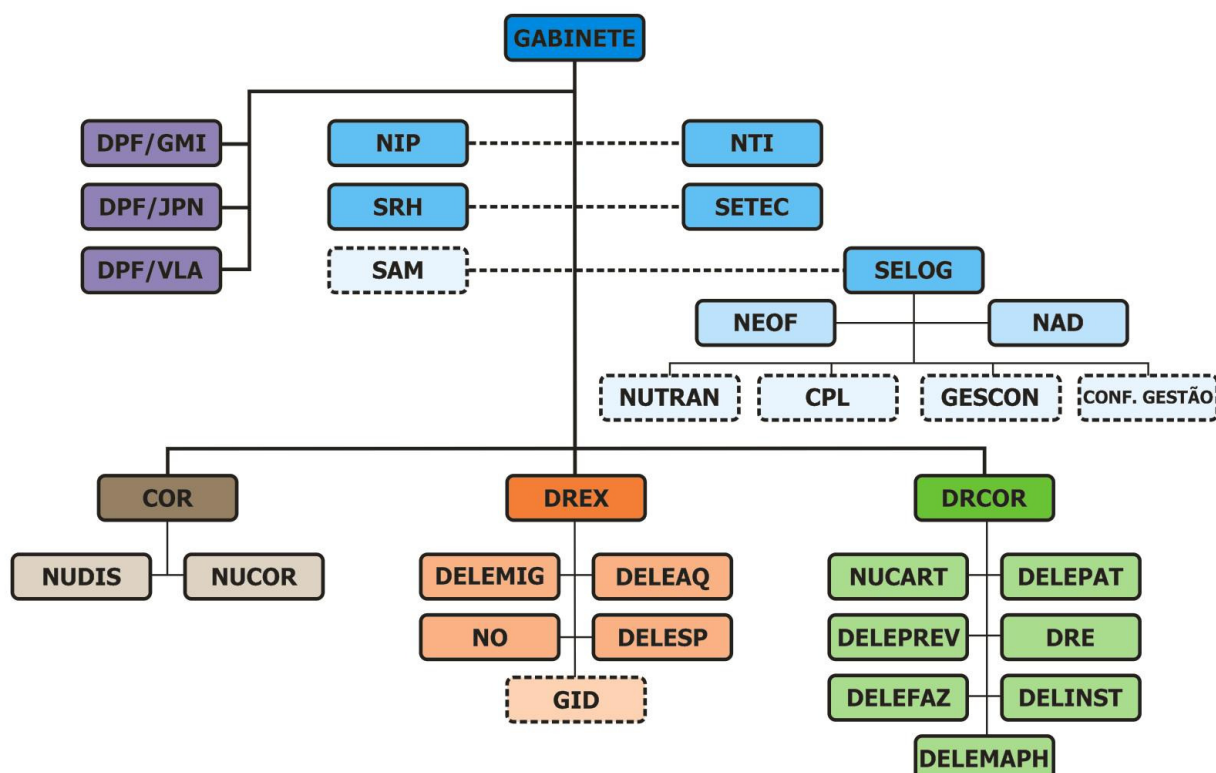
### IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/DPF/RO) está estruturada em quatro (4) Unidades Operacionais, composta pela sua sede, na cidade de Porto Velho - constituída por Núcleos, Setores e Delegacias Especializadas, - bem como pelas Delegacias Descentralizadas no interior do Estado, localizadas em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena. A área de atuação da SR/DPF/RO, denominada área circunscricional, inclui todo o Estado de Rondônia, com 52 (cinquenta e dois) municípios, grande parte da porção sul do estado do Amazonas, inclusos dois importantes municípios como Lábrea e Humaitá e o município de Rondolândia/MT, conforme a Portaria n° 2099/2011-DG/DPF.

Para atender suas atribuições previstas em lei, em toda a extensão territorial de sua jurisdição, a SR/DPF/RO se apóia em diversas Unidades e Postos Operacionais, estrategicamente posicionados em toda a sua área de atuação.

Segue adiante o organograma da SR/DPF/RO.

Quadro I – Organograma Funcional da SR/DPF/RO



Conforme o organograma da SR/DPF/RO (Quadro I) e o Anexo XXI do Regimento Interno do DPF (Portaria n° 2.877, do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011) compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (9) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Controle de Armas e Produtos Químicos e Delegacia de Polícia



de Imigração - subordinadas a Delegacia Regional Executiva; e ainda, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes - subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado. Assim, as Delegacias, Setores, Núcleos que compõem esta Unidade Jurisdicionada estão detalhados a seguir:

## **I. GABINETE SR/DPF/RO**

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;**
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;**
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;**
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;**
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:**
  - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF;
  - 2. Núcleo Administrativo - NAD;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM GUAJARÁ-MIRIM;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VILHENA;

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JI-PARANÁ

### **f. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX**

- 1. Núcleo de Operações - NO;
- 2. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
- 3. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
- 4. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;

### **g. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR**

- 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
- 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
- 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
- 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
- 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
- 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
- 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH

### **h. CORREGEDORIA – COR**

- 4.1 Núcleo de Correições - NUCOR
- 4.2 Núcleo de Disciplina – NUDIS

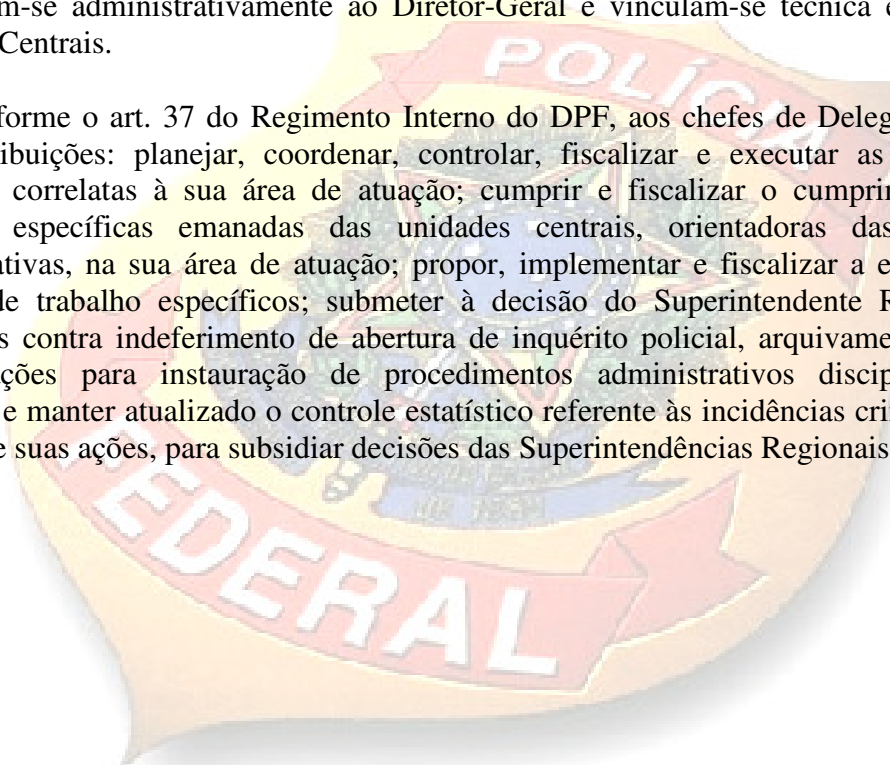
Cabe ainda a esta Regional coordenar três (3) Postos Operacionais, vejamos: um (1) em Pimenta Bueno que atende às questões da OPERAÇÃO ROOSEVELT, relacionadas à terra indígena CINTA LARGA e Reserva Roosevelt, um (1) em Espigão D' oeste atendendo à demanda da OPERAÇÃO ARCO DE FOGO e o último em Pimenteiras, com importância no controle de fronteira e repressão ao tráfico de entorpecentes, diretamente empregado na OPERAÇÃO SENTINELA.

De acordo com o artigo 20 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, compete às Superintendências Regionais do DPF, na sua área de atuação, entre outras atribuições: I -

planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal; II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais; III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, a fim de subsidiar o planejamento operacional das Unidades Centrais; IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

O artigo 41 do Anexo I da Portaria supra estabelece que as Superintendências Regionais subordinam-se administrativamente ao Diretor-Geral e vinculam-se técnica e normativamente às Unidades Centrais.

Conforme o art. 37 do Regimento Interno do DPF, aos chefes de Delegacias incumbe, entre outras atribuições: planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação; cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais, orientadoras das ações policiais e administrativas, na sua área de atuação; propor, implementar e fiscalizar a execução de planos e projetos de trabalho específicos; submeter à decisão do Superintendente Regional os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial, arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares; bem como promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, para subsidiar decisões das Superintendências Regionais e Unidades Centrais.



## SEÇÃO II

### INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2011 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO), de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Portaria TCU nº 123/2011 e as orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

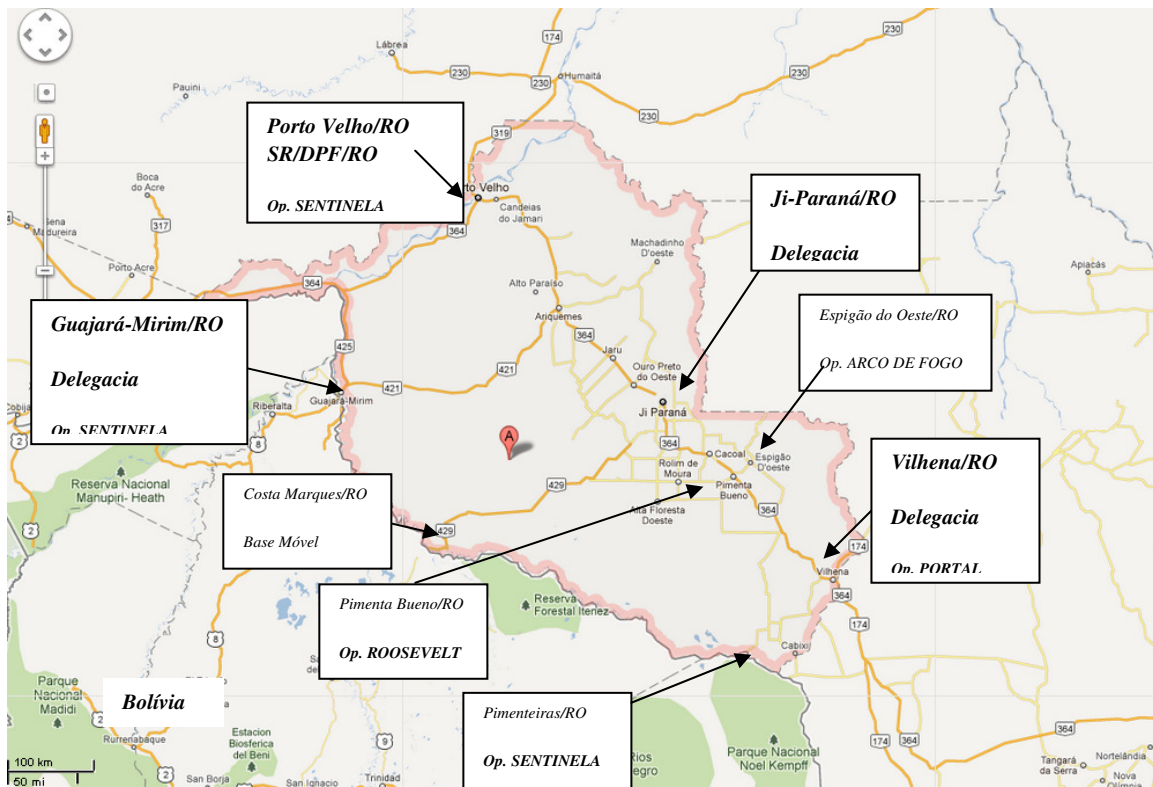
O conteúdo geral deste está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados na parte A (conteúdo geral) e na parte B (informações contábeis da gestão) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/RO atua tão somente na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do órgão central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.

Os itens 3, 14, 15 e 16 da Parte A, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período. Os itens 2 a 4 da parte B, 1 a 38 da parte C e a Parte D do Anexo II da DN TCU nº 108/2010 não se aplicam à natureza jurídica desta Superintendência Regional. Convém salientar que a SR/DPF/RO não realiza transferência de recursos mediante convênio, termos de cooperação, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres (item 6 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 108/2010), posto que tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

Não houve recomendações da Controladoria-Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada referente ao exercício sob análise.

O Estado de Rondônia ocupa uma posição estratégica sob o ponto de vista policial no tocante à repressão ao tráfico internacional de drogas e de armas, à repressão aos crimes ambientais, à ocorrência de conflitos agrários e à corrupção.



Mapa ilustrativo do posicionamento estratégico das unidades do DPF em Rondônia.

A SR/DPF/RO, direciona grande parte de seus esforços à investigação e à repressão destes ilícitos:

Tráfego internacional de armas e drogas: a extensa fronteira com a Bolívia, país produtor de cocaína e a proximidade das fronteiras de outros países, fazem de Rondônia um importante corredor de tráfico de drogas com destino a outras unidades da federação, bem como para outros países.

Por esta razão, a Sede, as Delegacias Descentralizadas e os Postos Operacionais mantêm constante acompanhamento/investigações acerca deste tema, tendo obtido também um importante reforço operacional neste sentido por meio da Operação SENTINELA, que inclui a participação de policiais federais de outras unidades da federação e da Força Nacional. A ação coordenada dos escritórios de inteligência e repressão a estes ilícitos, juntamente com o reforço advindo da citada Operação tem trazido importantes resultados.

Crimes ambientais e conflitos envolvendo comunidades indígenas: Rondônia se posiciona em área de interesse ambiental mundial, a floresta amazônica. Várias etnias indígenas estão presentes ocupando imensas áreas territoriais. As principais riquezas naturais estão embasadas nas madeiras e nos minerais de suas florestas e são inúmeras as tentativas de se depredar este patrimônio. Por esta razão, três grandes Operações têm sido mantidas em funcionamento no Estado, operações estas que se somam aos trabalhos desenvolvidos pelas unidades especializadas na repressão a estes ilícitos.

- Operação ARCO DE FOGO – Atualmente com sua base na cidade de Espigão do Oeste/RO, atuando diretamente na fiscalização e

repressão a crimes ambientais cometidos nas áreas de preservação ambiental;

- **Operação ROOSEVELT** – Com base em Pimenta Bueno/RO, cuja atividade policial é coibir a extração de recursos naturais da reserva indígena dos índios Cinta Larga, rica em madeira e minérios, através da fiscalização do entorno desta reserva.
- **Operação PORTAL** – Com sua base na cidade de Vilhena/RO (divisa de Rondônia/Mato Grosso), fiscaliza a rota de escoamento dos produtos extraídos de nossas reservas, além de combater outros crimes;

**Conflitos agrários:** Rondônia ocupa uma área de 237.576,167 km<sup>2</sup>, e são inúmeros os focos de tensão e conflito entre latifundiários e sem-terras pela ocupação e utilização de suas terras. A gravidade desta situação levou o DPF a se posicionar estrategicamente. A **Operação DEFESA DA VIDA** instalada na sede da SR/DPF/RO atua rapidamente nas situações de conflito e investigações.

**Corrupção:** A indústria local é praticamente incipiente e a distância dos grandes centros dificulta o desenvolvimento agrícola. Por esta razão a economia neste Estado é bastante dependente da injeção de recursos públicos. Nos últimos 5 anos, a construção de grandes obras de infra estrutura em Rondônia por meio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, tem reforçado ainda mais este cenário. Milhares de recursos públicos têm circulado no Estado, especialmente na capital, Porto Velho/RO. Por esta razão, a SR/DPF/RO tem dado grande ênfase às investigações voltadas à repressão à corrupção e ao desvio de recursos públicos.

Além da investigação e repressão destes importantes ilícitos, esta Superintendência de Polícia Federal, no ano de 2011, atuou diretamente em uma ampla gama de outros crimes de elevado potencial lesivo: exploração sexual de crianças e adolescentes, crimes previdenciários, crimes eleitorais, trabalho escravo e crimes fazendários de toda ordem têm sido investigados e reprimidos. Além de serem de interesse direto da União, as ações desencadeadas nestas áreas vêm representando uma resposta positiva do DPF e da União à sociedade em geral.

Com destaque para as atividades administrativas e de controle sob responsabilidade do DPF desenvolvidas em Rondônia e que atendem diretamente aos cidadãos: emissão de passaportes, controle da atividade migratória, certidões de antecedentes criminais, controle das atividades de segurança privada, controle na emissão de autorização para posse e porte de arma de fogo, operacionalização da campanha de desarmamento e controle de produtos químicos.

Por fim, e não menos importante, em diversas ocasiões ao longo do ano foi solicitado e prontamente fornecido o apoio de nossa força policial para a segurança das atividades de integrantes de outros órgãos. INCRA, Ministério do Trabalho, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Receita Federal, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Ministério Público Federal e do Trabalho, são exemplos de instituições a que esta SR/DPF/RO tem prestado apoio humano e material.

O ano de 2011 foi relevante em termos de resultados apresentados pela SR/DPF/RO. Inúmeros foram os trabalhos desenvolvidos pelo nosso corpo policial em termos de:

- Operações de repressão às atividades criminosas;
- Serviços prestados diretamente à sociedade;
- Apoio prestado a outros órgãos.

Necessário registrar as principais dificuldades encontradas, vejamos:

- As limitações orçamentárias, a exemplo do Decreto nº 7446/2011, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção durante o ano de 2011;

- O reduzido efetivo policial e administrativo advindo das dificuldades em se manter o efetivo policial na região norte, especialmente nas áreas fronteiriças, tendo a SR/DPF/RO convivido com uma sequência de remoções (a pedido, ex officio ou por via de liminares judiciais), que dilapida gradualmente seu recurso humano ao longo do período, sem a devida reposição. Embora aja um esforço da Administração Geral do DPF em promover concursos públicos de provimento para a carreira policial, a reposição, quando ocorre, supre a evasão anterior. Entretanto, o processo de redução de efetivo volta a se repetir, pelos motivos já elencados, possivelmente por falta de uma política de incentivos capaz de fixar o servidor nas unidades de fronteira, de difícil lotação. Há perspectivas de realização de concurso público, avalizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF, a fim de preencher 328 vagas para o cargo de Agente Administrativo, porém é aguardada autorização do Ministério do Planejamento.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões, cumprindo com suas atribuições previstas em lei, não descuidando de nenhuma das suas áreas de atuação, na busca em cumprir os objetivos e metas traçadas, adaptando suas estratégias e ações com os diversos cenários que se formam no país.

Como o estado faz divisa com a Bolívia, à prevenção e repressão ao tráfico internacional de drogas, armas e munições continuarão sendo feitos com todo vigor, aproveitando-se ao máximo os conhecimentos colhidos nas atividades de inteligência e investigação policial. A busca do estreitamento das relações com órgãos das três esferas de poder permanecerá, pois as experiências realizadas mostram que com a integração e organização o combate aos grupos criminosos é mais eficiente.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia também atuará nas ações do PRONASCI desencadeadas pelo Ministério da Justiça, contribuindo para prevenir e conter a violência nos centros urbanos.

## ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro II – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia			
<b>Denominação abreviada:</b> Polícia Federal em Rondônia			
<b>Código SIORG:</b> 1156	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 200378	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(069) 3216-6200	(069) 3216-6202	(069) 3216-6205
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:gab.srro@dpf.gov.br">gab.srro@dpf.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Lauro Sodré, 2905 Bairro Nacional Porto Velho/RO CEP 76.803-490			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
<b>SR/DPF/RO:</b>			
- Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76			
- Transformada em Superintendência pela: Portaria 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75			
<b>Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL:</b>			
- Lei Complementar nº 89, de 18/02/1997			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes -alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; -alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.			
- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico ( <a href="http://intranet.dpf.gov.br/srro">intranet.dpf.gov.br/srro</a> ), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200378	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia (Tesouro)		
200379	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia (Funapol)		
Gestão relacionada à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200378		00001	
200379		00001	

### SEÇÃO III

#### ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

##### 2.1) Responsabilidades Institucionais

##### 2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da Administração Direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, a exemplo da Superintendência Regional do DPF em Rondônia.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente, a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal). Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional do DPF em Rondônia exerce todas as atividades supracitadas, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Com efeito, ressalte-se que a atuação desta Unidade Jurisdicionada está alinhada ao atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal que é: *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*



Todo o trabalho é realizado para que seja possível, dentro dos prazos previstos, atingir o objetivo de gestão, resumido na VISÃO DE FUTURO que é “*Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.*”

### 2.1.2) Objetivos estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

- I - Histórico;
- II - Negócio;
- III - Missão;
- IV - Visão;
- V - Valores;
- VI - Fatores Críticos de Sucesso;
- VII - Políticas Corporativas;
- VIII - Macro Objetivos;
- IX - Objetivos Institucionais; e
- X - Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:

- I - Objetivos Institucionais; e
- II - Ações Estratégicas.

- Mapa Estratégico, composto de:

- I - Missão;
- II - Visão;
- III - Perspectivas;
- IV - Macro Objetivos;
- V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
- VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

- I – Orçamento e Finanças;
- II – Aprendizado e Crescimento;
- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

**a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

**b) Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

**c) Reduzir a Criminalidade**

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

**d) Promover a Cidadania**

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

**e) Incrementar os Acordos e Parcerias**

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

**f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

**g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

**h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

O mapa estratégico mencionado na informação supra encontra-se no Anexo I.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade em 2011

A Superintendência Regional do DPF em Rondônia atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, respectivas Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, órgãos de governo das três esferas, esta Regional buscou ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com a Superintendência em Porto Velho e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/RO opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

Por sua localização e fronteira com a Bolívia, criminosos utilizam o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados foram combatidos com operações específicas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF em Rondônia atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões, em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias na recepção dos aeroportos, postos de fronteira e no atendimento a estrangeiros. Prosseguiu-se a campanha do desarmamento, sendo recebidos diversos tipos de armas, efetuando-se cadastro e confecção de registros e portes.

#### 2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais e a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras.

Desde maio de 2010, tem sido intensificada a fiscalização nas fronteiras, por meio da Operação Sentinela. A Operação Sentinela intensificou o controle, a fiscalização e o trabalho de inteligência na fronteira e ingressou em seu novo ciclo no Estado, a partir de agosto de 2011, integrando o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 08 de junho de 2011 pelo Governo Federal, prevendo a comunhão de forças dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

No exercício de 2011 a atuação da Superintendência Regional em Rondônia abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado e no combate a corrupção visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas, seguindo as diretrizes da Direção Geral, a missão e a visão de futuro da instituição com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas. Coordenou e executou as atividades operacionais e de inteligência policial no âmbito deste Estado em consonância com as premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Também, foi objetivo da SR no exercício sob análise, a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes, controle de armas e emissão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização promovendo a capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: a Força Nacional, a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União, a Polícia Rodoviária Federal e a integração à Rede de Controle e Combate à Corrupção, composta pelos seguintes órgãos: Departamento de Polícia Federal, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal de Contas da União, Procuradoria da República no Estado de Rondônia, Ministério Público do Estado de Rondônia, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Receita Federal do Brasil.

Integra também o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ



Sistema Integrado de Administração  
Financeira do Governo Federal

**Dot Inicial, Dot Atualizada, Desp Emp, Desp Liquidada, Val Pagos e RP**

Exercício: 2011

Base: 26-JAN-2012

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

**UG Executora 200378**

Programa	Projeto/Atividade	Item de Informação			
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
0750	2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	7.768.442,85	6.493.534,10	6.443.324,49	1.274.908,75
	2011 AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	138,00	138,00	138,00	0,00
	2012 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	41,45	41,45	41,45	0,00
181	20CI SEGURANÇA PARA OS V JOGOS MUNDIAIS MILITARES	8.450,47	8.450,47	8.450,47	0,00
1453	8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00

**UG Executora 200379**

0750	2000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	22.340,65	22.340,65	22.340,65	0,00
0662	2586 SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL	10.700,00	0,00	0,00	10.700,00
0662	2679 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS	298.882,57	12.151,56	12.151,56	286.731,01
0662	2720 AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	264.574,06	264.574,06	264.574,06	0,00
0662	2726 PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO	2.200.878,78	2.178.859,58	2.178.586,32	22.019,20
0662	4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM	6.200,00	6.200,00	6.200,00	0,00

1353	8980	PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
------	------	--	----------	------	------	----------

Seguem adiante quadros demonstrativos contendo análise pormenorizada dos dados referentes à execução de Programas e Ações de Governo sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada em 2011 com início pelos programas executados no FUNAPOL e na seqüência do TESOIRO.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo, bem como informações adicionais sobre o desempenho da SR/DPF/RO, encontram-se nos itens 2.4.2.2.3 e 17 do presente Relatório de Gestão.

### 2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, bem como ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, houve execução orçamentária de ações do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro III - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0062			Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações			
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não informado						
Responsável pelo Programa na UJ: Cezar Luiz Busto de Souza e Donizetti Aparecido Tambani						
Público-alvo (beneficiários): Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica*		2.781.335,57	2.461.785,20	319.450,21	2.461.511,94	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida) - percentagem	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/RO	01/01/2011 a 31/12/2011	171 %	180 %	80 %	180%

2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/GMI/RO	136 %	132 %	80 %	<b>132%</b>
3	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/JPN/RO	169 %	244 %	80 %	<b>244%</b>
4	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/VLA/RO	133 %	109 %	80 %	<b>109%</b>
<b>TOTAL</b>	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ	162 %	173 %	80 %	<b>173%</b>

#### **Fórmula de Cálculo do Índice:**

Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício de 2011 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.

#### **Análise do Resultado Alcançado:**

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço. Desta forma, o índice para todas as unidades operacionais da UJ foi superior a 80% resultando na trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2008-2011.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício*	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Flagrante)	01/01/2011 a 31/12/2011	71 dias	93 dias	70 dias	93 dias
2	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria)		408 dias	479 dias	70 dias	479 dias

#### **Fórmula de Cálculo do Índice:**

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).

Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor.

Exemplo: O IPL nº 3512/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 3512/2005: 1.326 dias.

#### **Análise do Resultado Alcançado:**

O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.

Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi mais considerado no PPA 2012-2015. Na média global da UJ, os índices atingidos no exercício de 2011 pela UJ foram positivos, posto que inferiores aos índices do ano anterior, demonstrando esforços na redução do tempo médio para a conclusão de inquéritos.

Em que pese o estoque venha decaindo a cada ano, o tempo médio de conclusão dos IPLs se acha alto, e não teve melhora no ano de 2011, por vários fatores que dificultam a rápida tramitação dos procedimentos, em especial, o baixo número de policiais lotados na Superintendência (obstaculizando intimações de suspeitos e testemunhas, por exemplo) e a dificuldade de locomoção e comunicações na região amazônica (que impede a localização dos envolvidos e a realização de exames periciais com celeridade), dentre outros.

Código	Tipo <sup>1</sup>	Descrição da Ação
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF, SIGPLAN e <https://www.portalof.planejamento.gov.br>

\*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Polícia Federal em 2011 na Unidade Gestora FUNAPOL teve sob sua responsabilidade atividades finalísticas inclusas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, essencialmente o seguinte programa de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662).

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade têm a finalidade de atender as ações do Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, Fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializam precursores químicos, Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

A quantidade de Inquéritos Policiais- IPLs instaurados em 2010 foi de 1.314, em 2011 de 992, demonstrando estabilidade – queda de aproximadamente 24%, ao tempo que o número de IPLs relatados diminuiu em 37%, passando de 2.026 no exercício anterior (2010) para 1.609 em 2011. Contudo o número de IPLs instaurados diminuiu bem como o número de inquéritos em andamento - 37,5 % (por cento), índice que compatível com o de instauração é 38% menor que o índice de IPLs relatados, o que demonstra a melhora da produtividade no âmbito da SR/RO.

#### 2.3.1.1.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro IV - Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às

<sup>1</sup> Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial

	normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Antonio Carlos Floriano Lessa
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (unidade)

Quadro V - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	449052	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	10.700,00	10.700,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Na área de Migração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, International Civil Aviation Organization - ICAO), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU. Dessa forma, hoje todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional. A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas suas viagens ao estrangeiro.

Foram emitidos **9.263** passaportes no âmbito da SR/DPF/RO em 2010. A seguir, resumo dos principais resultados.

Ano	Passaportes Emitidos					
	Expedidos com taxa em dobro	Inutilizados	Cancelados	Cancelados por erro de ofício	Arrecadação de taxas de passaportes em R\$	Expedidos
2011	<b>318</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1.379.810,18</b>	<b>9.263</b>
	Registro de Temporários (especificar tipo)	Registro de Permanentes	Prorrogação Prazo Permanência Turistas	Prorrogação Prazo Temporário	Recadastramento	Pedido Naturalização
	<b>169</b>	<b>203</b>	<b>220</b>	<b>45</b>	<b>137</b>	<b>22</b>
	Registro de entrada de brasileiros	Registro de saída de brasileiros	Auto Infração multa não recolhida	Auto Infração multas recolhidas	2ª Via de CIEP	Arrecadação de multas em R\$
	<b>2918</b>	<b>3576</b>	<b>28.927,90</b>	<b>19.161,24</b>	<b>9</b>	<b>32.762,53</b>



2010	Expedidos com taxa em dobro <b>179</b>	Inutilizados <b>8</b>	Cancelados <b>1.069</b>	Cancelados por erro de ofício <b>7</b>	Arrecadação de taxas de passaportes em R\$ <b>1.073.976,51</b>	Expedidos <b>7.482</b>
	Registro de Temporários (especificar tipo) <b>52</b>	Registro de Permanentes <b>297</b>	Prorrogação Prazo Permanência Turistas <b>245</b>	Prorrogação Prazo Temporário <b>4</b>	Recadastramento <b>29</b>	Pedido Naturalização <b>17</b>
	Registro de entrada de brasileiros <b>1992</b>	Registro de saída de brasileiros <b>3553</b>	Auto Infração multa não recolhida <b>18.665,37</b>	Auto Infração multas recolhidas <b>13.439,92</b>	2ª Via de CIEP <b>9</b>	Arrecadação de multas em R\$ <b>16692,79</b>

Fonte Delegacia de Imigração/SR/DPF/RO

#### Outros Dados - DELEMIG

Ano	Inquérito de Expulsão		Procedimento de Deportação	
2011	IPL's Instaurados <b>7</b>	IPL's Relatados <b>1</b>	Instaurados <b>3</b>	Concluídos <b>3</b>
	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar) <b>93</b>		Expedição CIE's Temporários <b>74</b>	Expedição CIE's Permanentes <b>302</b>
	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia) <b>136</b>		Registro de entrada de estrangeiros <b>3708</b>	Registro de saída de estrangeiros <b>2922</b>
2010	IPL's Instaurados <b>17</b>	IPL's Relatados <b>11</b>	Instaurados <b>6</b>	Concluídos <b>5</b>
	Pedidos Permanência com base em casamento (reunião familiar) <b>182</b>		Expedição CIE's Temporários <b>63</b>	Expedição CIE's Permanentes <b>317</b>
	Registro Provisório (Acordo Brasil / Bolívia) <b>52</b>		Registro de entrada de estrangeiros <b>3754</b>	Registro de saída de estrangeiros <b>2878</b>

#### 2.3.1.1.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas	Divisão de Controle de Produtos Químicos/CGPRE/DCOR/DPF

decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Geraldo Aguiar de Avelar
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro VII - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	339030	MATERIAL DE CONSUMO	157.980,41	145.828,85	12.151,56
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.902,16	140.902,16	0,00
		<b>Total</b>	<b>298.882,57</b>	<b>286.731,01</b>	<b>12.151,56</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A ação supra tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos.

Seguem adiante quadro com a relação de controle de produtos químicos no âmbito da SR/DPF/RO, incluídas suas Descentralizadas (interior).

Na Ação 2679 os valores executados relacionam-se à aquisição de materiais permanentes e de consumo.

Quadro VIII - Controle de Produtos Químicos

ATIVIDADES DE CONTROLE	ANO	
	2011	2010
LICENÇAS EXPEDIDAS	54	37
EMPRESAS FISCALIZADAS	0	29
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA EXPORTAÇÃO	62	77
SOLICITAÇÃO DE CADASTRO E LICENÇA	20	24
ARRECADAÇÃO TAXA DE CADASTRO	R\$ 7.500,00	R\$ 9.600,00
ARRECADAÇÃO TAXA DE LICENÇAS	R\$ 35.100,00	R\$ 40.100,00

Fonte: Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/RO

Repressão a Entorpecentes – Síntese das principais atividades

Ano	Procedimentos Instaurados			IPLs Relatados	TCOs Encerrados	Nº de Indiciados	Nº de Presos	Tipo e Quantidade de Droga Apreendida			Bens Apreendidos	
	Flagrante	Portaria	TCO					Iniciativa própria	Outros órgãos			
								PM	PRF	Outros		
2011	60	60	30	114	7	126	85	457.891 g de cocaína 34.000 g Maconha 170 g Crack	17.200g cocaína	50.255g cocaína	16.100g cocaína	Veículo utilitário: 3 Veículo passeio: 23 Motocicleta: 9 Arma: 8
2010	70	65	3	112	3	140	124	1.209.802g cocaína 65.576 g Maconha 4.170 g Crack	3.590 g cocaína	4.850g cocaína	20.240g cocaína	Veículo utilitário 11 Veículo passeio: 23 Motocicleta: 07 Arma: 2

Ressalta-se que em 2011 a DCPQ/CGPRE não conseguiu realizar treinamentos nos cursos de fiscalização de químicos para o efetivo da DRE.

O atendimento administrativo ao público externo continua deficitário. Não há ingresso de novos servidores administrativos desde o ano de 2004. Atualmente só há, em todo o Estado, 2 (dois) servidores capacitados para atendimento ao público, ambos lotados na SR/DPF/RO. Sendo que um destes não exerce atendimento do Setor de Controle de Produtos Químicos – SCPQ, em razão do acúmulo de outras tarefas administrativas.

### 2.3.1.1.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro IX - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Wellington Clay Porcino Silva
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro X - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	3.033,56	0,00	3.033,56
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	30.821,04	0,00	30.821,04
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSIC	180.700,00	0,00	180.700,00
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	50.019,46	0,00	50.019,46
		<b>Total</b>		<b>264.574,06</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A ação 2720, que objetiva precipuamente, o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada com êxito, resultando em trabalhos de inteligência policial, com empenho de despesas no montante de R\$ 264.574,06. Os valores executados relacionam-se também as despesas pagas via Suprimento de Fundos em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 009/2008 (29/04/2008) e Instrução Normativa nº 11/2009 (09/11/2009) na realização de diversos trabalhos e operações de inteligência policial diretamente ligadas à atuação da Superintendência da Polícia Federal no desempenho de suas competências constitucionais.

Em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso. Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecentes, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate as ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX).

Os recursos humanos envolvidos na ação foram os que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas

do Poder e ações integradas de diversos setores de investigação policial da SR/RO nos trabalhos foram fatores que minimizaram as dificuldades encontradas em 2011.

Em 2011, dentre as atividades desenvolvidas pelo NIP, citamos:

- Acompanhamento constante no que tange às investigações de contra-inteligência.
- Atendimentos às solicitações do GAB/SR/DPF/RO e apoio aos SIPs, NIPs e à DIP, no atendimento aos pedidos de inteligência e demais solicitações em especial as operações BLACK OPS (Rio de Janeiro/RJ) e LAPAROS (Guairá/PR):
  - a. Operação BLACK OPS – Cumprimento de dois mandados de Busca e Apreensão;
  - b. Operação LAPAROS – Cumprimento de um mandado de Busca e Apreensão e um Mandado de Prisão;
- Apoio aos integrantes da Comunidade de Inteligência.
- Acompanhamento permanente dos diversos movimentos sociais existentes na região norte do país, com identificação de suas lideranças e apoio aos demais órgãos federais afetos.
- Apoio permanente às Delegacias desta Descentralizada no combate ao crime organizado, tráfico de drogas nacional e internacional, crimes ambientais e demais delitos.

No desenvolvimento das atividades de inteligência, no decorrer de 2011 foram elaborados 59 (cinquenta e nove) Relatórios de Inteligência, 46 (quarenta e seis) Pedidos de Inteligência e 3 (três) Informações Policiais. Ressalte-se que a maioria dos documentos produzidos, devido a sua natureza, são classificados como confidenciais.

Cabe salientar que no ano de 2011 o efetivo policial lotado no Núcleo de Inteligência Policial foi reduzido a apenas 2 (dois) policiais federais, devido ao falecimento de um colega, a remoção de outro e a substituição de um terceiro. Ressaltando que o estado de Rondônia, compondo a Amazônia Legal, se tornou uma região estratégica no cenário nacional com a construção das hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio. Ainda, notou-se significativamente o aumento populacional na capital do estado nos últimos quatro anos. Com todos estes fatores este NIP vem sofrendo aumento na demanda de suas atividades, necessitando, desta feita, de investimento na área de recursos humanos.

#### 2.3.1.1.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes;

	aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.841.398,09	0,00	1.841.124,83
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	135.801,85	22.019,20	113.782,65
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	87.075,00	0,00	87.075,00
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	110.169,19	0,00	110.169,19
	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.737,28	0,00	15.737,28
	3390147	OBRIGAÇÕES TRIBUT. E CONTRIB - OP.	10.697,37	0,00	10.697,37
		<b>Total</b>		<b>2.200.878,78</b>	<b>22.019,20</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

As grandes operações policiais realizadas no ano utilizaram recursos descentralizados da ação em tela. Do montante de R\$ 2.200.878,78, descentralizados para execução na Ação 2726 foi liquidado e pago 98,9871 % do total empenhado.

O desenvolvimento dos trabalhos de investigação policial, das atividades de polícia judiciária e administrativa desta Superintendência Regional, está baseado na utilização de recursos orçamentários desta Ação cujas atividades são desenvolvidas por todas as Delegacias da Superintendência, responsáveis pelas ações finalísticas de nossas competências constitucionais e ainda no Setor Técnico-Científico (SETEC) e Unidade Técnico-Científica (UTEC) que emitiram respectivamente **919** e **287** laudos. Foram cumpridos **161** mandados de busca e apreensão pelas diversas delegacias, além da execução de **197** prisões.

Principais Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2011

Nº	Nome da operação	Assunto	Efetivo policial		Total Servidores Administrativos	Total de Servidores e outros órgãos	Total Servidores	Abrangência Territorial	Prisões		Mandados de Busca e Apreensão	Data de execução	Valor estimado das fraudes
			Investigação	Execução					Preventiva	Temporária			
1	<b>DINIZIA II</b>	Desarticular quadrilha especializada em invasão de terras públicas da União e exploração ilegal de madeiras, atuante na região do distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, divisa com o município de Lábrea/AM	10	68	2	28	90	Acre, Rondônia e Amazonas	8	0	10	31.05. 11	
2	<b>ANJOS DO ASFALTO</b>	Combater um grupo organizado atuante no desvio de verbas públicas federais no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -DNIT, em Rondônia e no Acre	9	160	5	20	197	Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí e Acre	0	0	27	25.11. 11	30 milhões
3	<b>TERMÓPILAS</b>	Desarticular quadrilha agia sob a liderança do presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e praticava crimes no âmbito de algumas Secretarias de Estado, em especial as Secretarias da Saúde e da Justiça, além do DETRAN local.	14	170	8	30	208	Rondônia	10	4	56	18.11. 11	15 milhões
4	<b>KARIPUNA</b>	Desarticular grupo que ameaçou membro da Magistratura Federal de Rondônia em razão de sua atuação profissional.	6	39	2	6	53	Rondônia	3	0	7	15.12. 11	

Obs.: Por questão de sigilo, as operações que permaneceram em investigação em 2012 não foram listadas.

A atividade a cargo da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR - tem a finalidade de apoiar as Delegacias Especializadas no combate ao crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente grupos estruturados que cometem os mais variados tipos de crimes, especialmente, devido à situação geográfica, os crimes de tráfico de drogas e armas, corrupção, contra o meio-ambiente, entre outros, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Receita Federal, Controladoria Geral da União e outros.

Ressalta-se que o desenvolvimento da Operação Roosevelt está entre os trabalhos de maior relevância da SR/DPF/RO. A citada Operação teve origem em 17 de setembro de 2004 com a publicação de Decreto Presidencial que criou o Grupo Operacional para fiscalizar e garantir a adoção das medidas necessárias e cabíveis para coibir toda e qualquer exploração mineral em terras indígenas, em especial nas áreas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, localizadas nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, até que a matéria seja regulamentada por lei, nos termos do art. 231, § 3º, da Constituição, bem assim para preservar a ordem pública nestas localidades. As ações repressivas adotadas pela Operação Roosevelt mantêm fiscalização no entorno das Terras Indígenas, Cinta Larga, ficando a cargo do Grupo Tarefa da FUNAI a fiscalização no interior das mesmas. Mesmo encontrando enormes dificuldades para realização dessa missão a Polícia Federal é o único dos órgãos federais componentes do Grupo Tarefa que permanece na região apesar da atividade clandestina no interior das reservas ser escudada e até patrocinada por algumas lideranças indígenas locais. Com recursos descentralizados a SR/DPF/RO a Operação Roosevelt realiza de maneira altamente satisfatória as atividades destinadas a conter a extração clandestina de diamantes das Terras Indígenas Cinta Larga. Sempre atentando para a observância aos ditames legais, o respeito aos costumes tribais e as recomendações do Ministério Público Federal, a SR/DPF/RO vem procurando executar a suas tarefas na Operação Roosevelt, empregando: postos de controle fixo e móvel; patrulhamento aéreo; identificação das vias de transporte para o interior das reservas; identificação das pistas de pouso no interior da reserva; extrusão de pessoas não integradas às comunidades indígenas existentes; extrusão e apreensão de equipamentos destinados à exploração mineral no interior da reserva e coleta de dados.

São 6 (seis) bases estabelecidas fora da Reserva Roosevelt (área de 2,7 milhões de hectares = área do Estado de Sergipe), localizadas no entorno das terras indígenas em pontos de acesso estratégicos. Essas bases avançadas são responsáveis pelo controle de entrada e saída de pessoas, veículos, combustíveis (diesel) e maquinários a locais contíguos à área indígena e às aldeias. Em complementação a esse trabalho de fiscalização fixa, são realizadas patrulhas terrestres à vasta região de entorno da Reserva Roosevelt por policiais federais em missão na Base Central da Operação. Claramente, a presença das forças policiais na região é fundamental para a manutenção do fechamento do garimpo, ocorrido oficialmente em junho de 2010, e da paz nas cidades próximas às terras indígenas e na Reserva propriamente dita.

#### 2.3.1.1.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XIII - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores,



	quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Luciana do Amaral Alonso Martins
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

#### Quadro XIV - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.380,00	0,00	5.380,00
	339139	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES.JURIDICA	820,00	0,00	820,00
	<b>Total</b>		<b>6.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.200,00</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A ação retromencionada tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos do órgão.

Feito levantamento prévio das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período de 2011, resultando na participação em ações de capacitação. As capacitações indeferidas pela Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Gestão de Pessoal se deram em razão de solicitação fora do prazo ou por limitações orçamentárias.

#### Quadro XV - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011<sup>1</sup>

CURSO	SERVIDORES	PERÍODO DO CURSO	SETOR/LOTAÇÃO
CURSO HIGH RISK WARRANT SERVICE OPERATIONS, OFERECIDO PELO DEA/EUA, NA CIDADE DE LOS ANGELES/CALIFÓRNIA/EUA.	1	24/01 À 28/01	DPF/VLA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROGRESSÃO P/CLASSE ESPECIAL	2	13/03 A 09/04	NO
VII CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS	3	12/04 A 18/04	NO
SEMINARIO DE DESENVOLVIMENTO PARA EXECUTIVOS POLÍCIA DO BRASIL – VIRGINIA/ EUA.	2	30/04 A 24/05	GAB
CURSO DE GERENCIAMENTO DE IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO E REGULARIZAÇÕES DAS CONTAS REGISTRADAS NO SIAFI, BRASÍLIA/DF	1	12/06 A 15/06	NAD
SEMINÁRIO PARA ANÁLISE DE ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL, BRASÍLIA/DF	1	12/06 A 18/06	EIP

SEMINÁRIO “INCIDENCIA DO CRIME ORGANIZADO AO DESENVOLVIMENTO DOS PAISES: INFLUENCIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E IMPACTO ECONÔMICO NOS MERCADOS FINANCEIROS”.	1	12/06 A 19/06	DRCOR
II CURSO DE NIVELAMENTO EM AUDITORIA, VISANDO ATENDER AS DIRETRIZES DO CÓDIGO ISPS.- BRASÍLIA/DF	1	21/07 A 22/07	DPF/GMI
VII SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. BELEM/PA	1	31/07 A 06/08	GESCON
II CURSO DE SPIUNET E CURSO DE GESTÃO PATRIMONIAL DOS BENS PÚBLICOS – BRASÍLIA/DF	1	14/08 A 20/08	NAD
CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO NO COMBATE A CORRUPÇÃO E LAVAGEM EM DINHEIRO. RIO BRANCO /AC.	2	27/08 A 27/08	DELEMIG e SETEC
GESTÃO PATRIMONIAL DOS BENS PÚBLICOS E REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS NO SIAFI, BRASÍLIA/DF	1	28/08 a 03/09	SELOG
CURSO QUE CORRESPONDE A “APRENDIZAGEM E APRIMORAMENTO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS”	2	05/10 A 09/10	CPL
IV CURSO DE GERENCIAMENTO E NEGOCIAÇÃO EM CRISES.	1	03/10 A 14/10	DELEMIG
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS POLICIAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – ALTAIR APARECIDO GALVÃO FILHO – BRASÍLIA/DF	1	12/10 A 01/11	COR
III CURSO DE ANÁLISES AVANÇADAS EM FRAUDE BANCÁRIAS	1	30/10 À 26/11	DELINST
CURSO DE CAPACITAÇÃO E APRIMORAMENTO NA ÁREA FINANCEIRA.	3	16/11 A 19/11	SELOG e NEOF
RECURSO ADMINISTRATIVO E ELABORAÇÃO DE DECISÕES NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS - SÃO PAULO/SP	2	16/11 A 19/11	SELOG e CPL
CURSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA VIA SIAFI MODULO OPERACIONAL	2	04/12 A 08/12	NEOF
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO CIÊNCIAS POLICIAL E DUCUMENTOSCOPIA.	1	01/01 A 31/12	SETEC

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/RO

<sup>1</sup> Refere-se as ações de capacitação pela Sede SR/DPF/RO não refletindo as das Descentralizadas

Os recursos descentralizados nesta ação foram de R\$ 6.200,00 (seis e duzentos reais), todos liquidados e pagos.

Assim, destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, integrantes do PRONASCI, contando com 16, 7 e 26 participantes, nos 21º, 22º e 23º ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consiste em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam consideráveis custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/RO também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas. Foram realizadas três etapas do programa de capacitação continuada de armamento e tiro, nesta SR, onde na 1ª (primeira) fase, 71 (setenta e um) servidores policiais participaram; na 2ª (segunda) fase foram 55 (cinquenta e cinco) os servidores participantes; e na 3ª (terceira) fase, 45 (quarenta e cinco) servidores policiais participaram. Para realização das 3 (três) etapas foram utilizadas 19.350 (dezenove mil trezentas e cinquenta) munições, sendo utilizadas na 1ª e 2ª - 100 (cem) munições por policial e na 3ª - 150 (cento e cinquenta) munições por policial capacitado. A munição utilizada corresponde a do tipo "treina", no calibre 9mm.

### 2.3.1.2) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhamento no PPA 2008-2011. Nesta Unidade Jurisdicionada somente a Ação 8980 – Construção e ampliação de Unidade do Departamento de Polícia Federal foi executada no ano de 2011.

Quadro XVI – Dados do Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

<b>Código no PPA: 1353<sup>1</sup></b>		<b>Denominação: MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL</b>			
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
<b>Objetivo Geral:</b> Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos					
<b>Objetivos Específicos:</b> Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal					
<b>Gerente:</b> Rogério Augusto Viana Galloro			<b>Responsável:</b> Cezar Luiz Busto de Souza		
<b>Público Alvo:</b> Departamento de Polícia Federal					
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>					<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Dotação<sup>2</sup></b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>
<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>
NA	NA				

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

<sup>1</sup> Este Programa não possui indicador(es).

<sup>2</sup>A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

### 2.3.1.2.1 – Ação 8980 – Construção e ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro XVII - Dados Gerais da Ação 8980

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Unidade construída

Fonte: SIGPLAN

Quadro XVIII - Execução Financeira da Ação 8980 realizada pela Unidade

UG	ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
FUNAPOL	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Com o valor descentralizado na Ação 8980 procedeu-se a ampliação do espaço físico do depósito pertencente ao NUCART/DREX/SR/DPF/RO, em alvenaria, com área total ampliada de 7,50 m<sup>2</sup> para acondicionamento das substâncias ilícitas apreendidas.

### 2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal e tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro XIX – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0750	<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Não informado	
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus	

programas finalísticos.					
<b>Gerente de Programa:</b> Não informado					
<b>Responsável pelo Programa na UJ:</b> Cezar Luiz Busto de Souza e Donizetti Aparecido Tambani					
<b>Público-alvo (beneficiários):</b> Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica		7.790.962,95	6.515.874,75	1.274.908,75	6.465.665,14
<b>Informações sobre os resultados alcançados:</b> Constantes nas considerações sobre a execução da ação realizada					
Código	Tipo <sup>2</sup>	Descrição da Ação			
2000	A	Administração da Unidade			
2011	A	Auxílio-transporte aos servidores e empregados			
2012	A	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br> e SIGPLAN

<sup>1</sup> Este Programa não possui indicador(es).

<sup>2</sup>A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A execução orçamentária do Programa de Apoio Administrativo (0750) realizada nas Unidades TESOURO e FUNAPOL representa a maior parte dos recursos administrados pela Unidade, abrangendo desde sua administração, inclusas as atividades afins à área, tais como manutenção dos contratos de terceirização para os serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, bem como custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e material de consumo. A percentagem das despesas liquidadas nesse programa correspondeu a apenas 0,29% pela Unidade Gestora FUNAPOL e 99,71% pela Unidade Gestora Tesouro.

Por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticas, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN.

As ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela correspondem as Ações 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional, 2011 e 2012, vejamos.

#### 2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro XX - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

<sup>2</sup> Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, tampouco em um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto previsto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXI - Execução Financeira da Ação 2000 realizada pela Unidade

UG	Elemento de Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
TESOURO	319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.885,99	0,00	7.885,99
	335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	799,96	0,00	799,96
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.927.029,75	245.776,54	1.681.253,21
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	188.652,90	0,00	188.652,90
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.851.908,21	665.851,39	1.186.056,82
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	327.545,27	22.890,57	304.654,70
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	26.919,84	0,00	26.919,84
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.438.220,68	0,00	2.388.011,07

	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	29.999,72	2.775,87	27.223,85
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	658.156,24	330.464,73	327.691,51
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.324,90	0,00	34.324,90
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	248.668,45	0,00	248.668,45
	339139	OUTROS SERV. TERCEIROS-PES. JURID- OP. INTRA-ORC.	16.801,67	3.549,66	13.252,01
	339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB- OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	2.428,16	0,00	2.428,16
	339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.501,12	0,00	5.501,12
	449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	3.599,99	3.599,99	0,00
	<b>Subtotal Tesouro</b>		<b>7.768.442,85</b>	<b>1.274.908,75</b>	<b>6.443.324,49</b>
FUNAPOL	339030	MATERIAL DE CONSUMO	19.007,35	0,00	19.007,35
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.333,30	0,00	3.333,30
	<b>Subtotal Funapol</b>		<b>22.340,65</b>	<b>0,00</b>	<b>22.340,65</b>
<b>TOTAL Tesouro + Funapol</b>			<b>7.790.783,50</b>	<b>1.274.908,75</b>	<b>6.465.665,14</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### 2.3.1.3.2 – Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 2011

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Servidor beneficiado

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 2011 realizada pela Unidade

UG	Elemento de Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
TESOURO	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	138,00	0,00	138,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

### 2.3.1.3.3 – Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro XXIV - Dados Gerais da Ação 2012

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Servidor beneficiado

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXV- Execução Financeira da Ação 2012 realizada pela Unidade Gestora Tesouro

UG	Elemento de Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
TESOURO	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	41,45	0,00	41,45

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que possibilita a execução de despesas das atividades de apoio, necessárias à gestão e administração da Unidade.

Na ação supramencionada, a Unidade teve despesas empenhadas no valor de R\$ 7.790.783,50, dos quais pagou R\$ 6.465.665,14, tendo havido inscrição em restos a pagar não-processados de saldo remanescente, total de R\$ 1.274.908,75. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de serviços de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, telefonista, copeiragem e mensageria; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são os diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.



### 2.3.1.4) Programa 181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Quadro XXVI – Dados do Programa 181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 181		Denominação: Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Fortalecer o Esporte de Alto Rendimento, elevando o nível esportivo do país					
Objetivos Específicos: Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior					
Gerente: Não informado					
Responsável: Cezar Luiz Busto de Souza e Donizetti Aparecido Tambani					
Público Alvo: Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação <sup>1</sup>		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
Não se aplica		8.450,47	8.450,47	0,00	8.450,47
Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN					

Fonte: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>

<sup>1</sup> A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

#### 2.3.1.4.1 – Ação 20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares

Quadro XXVII - Dados Gerais da Ação 20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança dos atletas participantes dos V Jogos Mundiais Militares, das instalações esportivas e da população das localidades onde serão realizadas as competições.
Descrição	Preparação da estrutura de segurança para os V Jogos Mundiais Militares, considerando as necessidades operacionais dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais envolvidos nessa atividade, considerados a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, SENASP, ABIN, Segurança Pública do RJ, Defesa Civil, Guarda Municipal, Cia de Engenharia de Tráfego, Marinha, Exército, Aeronáutica; bem como as empresas prestadoras de serviço de segurança privada.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Estrutura de segurança implantada

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXVIII - Execução Financeira da Ação 20CI realizada pela Unidade

UG	Elemento de Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
----	---------------------	-----------	---------------------------	--------------------------------------	---------------------

TESOURO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.450,47	0,00	8.450,47
---------	--------	-------------------------	----------	------	----------

### 2.3.1.5) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Quadro XXIX – Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça					
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de coesão social.					
Gerente: Não informado					
Responsável pelo Programa na UJ: Cezar Luiz Busto de Souza e Donizetti Aparecido Tambani					
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e sua família; operadores de segurança pública e comunidades residentes nos territórios de coesão.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação <sup>1</sup>		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se aplica		1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00

Fonte: <https://www.portalsf.planejamento.gov.br>

<sup>1</sup> A Superintendência opera apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os resultados não são disponibilizados às Unidades Descentralizadas, ficando a cargo do órgão central a fiscalização, e controle por meio do SIGPLAN. Este Programa não possui indicador(es).

### 2.3.1.5.1 Ação 8375 – Campanha do Desarmamento

Quadro XXX - Dados Gerais da Ação 8375 – Campanha do Desarmamento

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo
Descrição	Realização de campanha nacional de desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Indenização paga

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXXI - Execução Financeira da Ação 8375 realizada pela Unidade

UG	Elemento de Despesa	Descrição	Despesas Empenhadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
TESOURO	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	300,00	0,00	300,00
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.200,00	0,00	1.200,00
	<b>Total</b>		<b>1.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.500,00</b>

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, e especialmente a conscientização de que o um dos melhores caminhos para diminuição da violência no país e a diminuição da quantidade de armas em circulação.

Foram arrecadadas na SR/RO pelo recolhimento voluntário de armas em 2011 52 armas de fogo.

2011	Apreensões	Furtos	Perdidas	Devolvidas	Recuperadas de Furtos
	06	101	15	0	1
	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos
	280	3	26	846	1
	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
	22	110	52*	2	660
	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição	
	846	324	149	428	
2010	Apreensões	Furtos	Perdidas	Devolvidas	Recuperadas de Furtos
	20	86	117	1	4
	Autorização de Trânsito	Portes Deferidos	Portes Indeferidos	Registros Deferidos	Registros Indeferidos
	228	9	66	13.199	378
	Encaminhadas ao SFPC	Transferidas	Entregues para Indenização	Portes	Registros
	152	623	22	0	3.495
	Registros de Armas Expedidos	Autorização compra Arma de fogo	Autorização Transferência Arma de Fogo	Autorização Compra de Munição	
	9.575	229	614	30	

Fonte: SINARM e DESARMA.

### 2.3.2) Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

As metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, constantes no SIGPLAN, são aquelas consolidadas para todo o DPF e acompanhadas pelo Gerente Executivo do seu respectivo Programa, as quais constarão em Relatório específico do Órgão Central. Sendo assim, os dados discriminados no quadro adiante são aqueles disponíveis nesta Unidade Jurisdicionada, consolidados pelos setores responsáveis.

Quadro XXXII - Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida	Meta prevista <sup>3</sup> em 2011	Meta Financeira realizada <sup>3</sup>	Meta a ser realizada em 2012 <sup>3</sup>
200378 - TESOURO									
05	811	0181	20CI	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	122	0750	2000	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	306	0750	2012	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	331	0750	2011	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	422	1453	8375	A	3	unidade	NA	NA	NA
14	122	0750	2000	A	3	unidade	NA	NA	NA
200379 - FUANPOL									
06	122	0750	2000	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	125	0662	2679	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	128	0662	4572	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	181	0662	2726	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	181	0662	2586	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	181	1353	8980	A	3	unidade	NA	NA	NA
06	183	0662	2720	A	3	unidade	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI GERENCIAL

<sup>1</sup> Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup> Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

<sup>3</sup> O campo preenchido com o código “NA” – Não se Aplica teve por base orientação da CGU para a hipótese de que a UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo o DPF

Tendo em vista que a SR/DPF/RO atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte do órgão central regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

As metas físicas previstas para esta Jurisdicionada serão objeto de avaliação pormenorizada pelo Órgão Central.

## 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1) Programação orçamentária da despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não da Unidade Executora.

A programação orçamentária desta Unidade Gestora está vinculada à programação do Órgão Central de Orçamento e Finanças da Polícia Federal – COF/DLOG/DPF, que propõe a dotação orçamentária do Departamento de maneira total e única para integrar a proposta orçamentária do Ministério da Justiça. É também a COF/DLOG/DPF que acompanha a inclusão da proposta na PLOA e os valores aprovados e acolhidos na LOA, assim como a proposição ao Ministério da Justiça, de abertura de créditos (suplementares, especiais e extraordinários) de acordo com LDO e LOA.

Como ação administrativa decorrente da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças propõe ao Diretor-Geral, o estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento.

Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica. Para o ano de 2011 as cotas orçamentárias de custeio foram estabelecidas pela Portaria nº 1989/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, conforme quadro abaixo reproduzido:

#### SUPERINTENDÊNCIA REG. DEP. POLÍCIA FEDERAL – RO

UG	PI	ND	VALOR	
200378	702T-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	250.000,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	550.000,00
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	30.000,00
		339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.800.000,00
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.500.000,00
	702INF-11	33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	80.000,00
		33903928	SUPORTE A USUÁRIOS DE T.I.	290.000,00
<b>Subtotal – Tesouro</b>			<b>6.500.000,00</b>	
200379	363F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Operacionais)	1.350.000,00
	351F-11	339014	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL (Atividades Sigilosas)	20.000,00
	<b>Subtotal – Funapol</b>			<b>1.370.000,00</b>
<b>Total</b>			<b>7.870.000,00</b>	

Com efeito, os quadros subseqüentes, que tratam da programação de despesas, estão preenchidos apenas no grupo de despesas correntes – Outras Despesas Correntes, com os valores das cotas orçamentárias estabelecidas, ressalvando-se que outras naturezas de despesas correntes estão vinculadas à gestão central do DPF, sendo repassadas a esta unidade, conforme necessidades apontadas durante o transcorrer do exercício e créditos solicitados.

Quadro XXXIII - Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200378
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200379

#### 2.4.1.1) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Quadro XXXIV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200378	2000	7.885,99	-	-
			20CI	-	-	8.450,47
			2000	-	-	7.102.400,60
			2012	-	-	41,45
			2011	-	-	138,00
		875	-	-	1500,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200379	2000	-	-	22.340,65
			2726	-	-	2.200.878,78
			2720	-	-	264.574,06
			2679	-	-	157.980,41
			4572	-	-	6.200,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	200378	2000	658.156,24		
		200379	2586	10.700,00	-	-

		8980	6.000,00	-	-
		2679	140.902,16	-	-

Toda a execução orçamentária da SR/DPF/RO é realizada por meio de créditos recebidos por movimentação interna, visto que atuamos somente na execução orçamentária. Assim todo o crédito recebido, seja para despesas correntes ou de capital foi utilizado para a consecução dos trabalhos desenvolvidos rotineiramente, para custeio das atividades de suporte, como gestão das contratações de atividades de suporte, como vigilância, limpeza e conservação, recepção, manutenção predial e outros, principalmente realizadas por intermédio da ação 2000.

#### 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

##### 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Esta unidade não executa créditos orçamentários originários, portanto os dados e análises para este item não se aplicam.

##### 2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

###### 2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXXV – Despesas por Modalidade de Contratação

<b>200378 - TESOURO</b>				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>5.240.942,75</b>	<b>7.333.365,04</b>	<b>5.240.942,75</b>	<b>6.476.682,9</b>
Convite	0,00	19.414,79	0,00	19.414,79
Pregão	5.240.942,75	7.313.950,25	5.190.733,14	6.457.268,11
Registro de Preços <sup>2</sup>		-		
<b>Contratações Diretas</b>	<b>697.864,23</b>	<b>827.538,29</b>	<b>697.864,23</b>	<b>742.141,52</b>
Dispensa	588.368,57	616.632,04	588.368,57	623.511,04
Inexigibilidade	109.495,66	186.599,23	109.495,66	118.630,48
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>197.103,37</b>	<b>628.837,46</b>	<b>197.103,379</b>	<b>628.837,46</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	NA	NA	NA	NA
Diárias	197.103,37	628.837,46	197.103,37	628.837,46
<b>Outros</b>	<b>330.563,64</b>	<b>721.187,18</b>	<b>330.563,64</b>	<b>721.187,18</b>
Ajuda de Custo	223.515,30	721.187,18	223.515,30	721.187,18
Outras Despesas	107.048,34	0,00	107.048,34	0,00
<b>200379 - FUNAPOL</b>				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>12.151,56</b>		<b>12.151,56</b>	
Pregão	12.151,56		12.151,56	
<b>Contratações Diretas</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.879,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dispensa	6.000,00	6.879,00	0,00	0,00
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>594.907,99</b>	<b>761.822,23</b>	<b>594.907,99</b>	<b>761.822,23</b>
Suprimento de Fundos	594.907,99	761.822,23	594.907,99	761.822,23
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.844.431,65</b>	<b>2.059.947,88</b>	<b>1.844.158,39</b>	<b>2.059.947,88</b>
Pagamento em Folha <sup>1</sup>	NA	NA	NA	NA
Diárias	1.844.431,65	2.059.947,88	1.844.158,39	2.059.947,88

Fonte: SIAFI - Valores em R\$ 1,00

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

<sup>2</sup> As licitações realizadas pela UJ são por meio de pregão eletrônico – registro de preços. Os valores foram inseridos no item Pregão

#### 2.4.2.2.2) Despesas Correntes dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXXVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos

200378 - TESOIRO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>7.885,99</b>	<b>52,80</b>	<b>7.885,99</b>	<b>52,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.885,99</b>	<b>52,80</b>
08 – Outros Benefícios Assistenciais	7.885,99	52,80	7.885,99	52,80	0,00	0,00	7.885,99	52,80
<b>2 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>7.112.530,54</b>	<b>8.193.427,79</b>	<b>6.168.086,52</b>	<b>7.851.918,36</b>	<b>944.480,02</b>	<b>341.509,43</b>	<b>6.117.876,91</b>	<b>7.804.706,50</b>
37 Locação de Mão-De-Obra	2.438.220,68	3.166.926,57	2.438.220,68	3.120.683,51	0,00	46.243,06	2.388.011,07	3.119.742,78
39 Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	1.948.231,37	1.768.229,73	1.695.305,18	1.644.659,93	252.962,19	123.569,80	1.695.305,18	1.598.388,80
30 Materiais de Consumo	1.851.908,21	1.444.871,11	1.186.056,82	1.280.735,97	665.851,39	164.135,14	1.186.056,82	1.280.735,97
33 Passagens e Despesas Com Locomoção	327.545,27	306.093,78	304.654,70	299.093,78	22.890,57	7.000,00	304.654,70	299.093,78
93 Indenizações e Restituições	249.868,45	812.290,06	249.868,45	812.290,06	0,00	0,00	249.868,45	812.290,06
14 Diárias - Pessoal Civil	197.103,37	628.837,46	197.103,37	628.837,46	0,00	0,00	197.103,37	628.837,46
92 Despesas de Exercícios Anteriores	40.305,47	14.674,13	40.305,47	14.674,13	0,00	0,00	40.305,47	14.674,13
47 Obrigações Tributárias e Contributivas	32.427,88	19.704,61	29.652,01	19.143,18	2.775,87	561,43	29.652,01	19.143,18
36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	26.919,84	31.800,34	26.919,84	31.800,34	0,00	0,00	26.919,84	31.800,34
200379 - FUNAPOL								



Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Outras Despesas Correntes</b>	2.651.973,90	2.868.026,00	2.484.125,85	2.868.026,00	167.848,05	0,00	2.483.852,59	2.868.026,00
14 Diárias - Pessoal Civil	1.844.431,65	2.059.947,88	1.844.431,65	2.059.947,88	0,00	0,00	1.844.158,39	2.059.947,88
30 Materiais de Consumo	343.610,65	358.718,79	175.762,60	358.718,79	167.848,05	0,00	175.762,60	358.718,79
36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	267.775,00	190.688,36	267.775,00	190.688,36	0,00	0,00	267.775,00	190.688,36
39 Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	169.721,95	242.656,36	169.721,95	242.656,36	0,00	0,00	169.721,95	242.656,36
92 Despesas de Exercícios Anteriores	15.737,28	8.376,17	15.737,28	8.376,17	0,00	0,00	15.737,28	8.376,17
47 Obrigações Tributárias e Contributivas	10.697,37	7.638,44	10.697,37	7.638,44	0,00	0,00	10.697,37	7.638,44

Fonte: SIAFI Gerencial - Valores em R\$ 1,00

#### 2.4.2.2.3) Despesas de Capital dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro XXXVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

200378 – TESOURO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4- Investimentos</b>	<b>658.156,24</b>	<b>361.869,11</b>	<b>327.691,51</b>	<b>351.660,26</b>	<b>330.464,73</b>	<b>10.208,85</b>	<b>327.691,51</b>	<b>351.660,26</b>
52 Equip. e Material permanente - Op.Intra-Orc.	658.156,24	361.869,11	327.691,51	351.660,26	330.464,73	10.208,85	327.691,51	351.660,26
200379 – FUNAPOL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4- Investimentos</b>	<b>157.602,16</b>	<b>1.011.978,63</b>	<b>0,00</b>	<b>473.706,07</b>	<b>157.602,16</b>	<b>538.272,56</b>	<b>0,00</b>	<b>61.467,26</b>
51 Obras e Instalações - Op. Int. Orc.	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
52 Equip.e Material permanente - Op.Intra-Orc.	151.602,16	1.011.978,63	0,00	473.706,07	151.602,16	538.272,56	0,00	61.467,26

Fonte: SIAFI Gerencial - Valores em R\$ 1,00

#### Alterações significativas ocorridas no exercício:

**Contingenciamento no exercício:** O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos

no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

**Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária:** O contingenciamento de recursos, a tempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos. Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Com a finalidade de aprimorar os controles existentes e de criar uma ferramenta que subsidie a gestão dos fiscais de contratos foi desenvolvido o aplicativo E-log implementado em 2011, do qual constam informações de todos os contratos desta SR/RO, que vão desde formalizações até o controle orçamentário e financeiro. Esta última etapa em fase final de implementação.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Tal fato impacta de forma negativa nas atividades operacionais principalmente em região fronteiriça.

**Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária:** Atendendo metas de contenção de despesas, buscou-se conscientizar os servidores e colaboradores quanto ao uso racional dos serviços de telefonia, no exercício de 2011. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada e Descentralizadas exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário, observando-se o contido na Instrução Normativa nº 25/2010 DG/DPF, de 16 de março de 2010, que dispõe sobre a utilização e gestão da telefonia fixa convencional no âmbito do Departamento de Polícia Federal, prevendo, entre outras regras, que todos os custos relativos às ligações particulares deverão ser ressarcidos ao DPF mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável.

Destacamos o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/RO desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Nos contratos com oficinas, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais têm sido controlados mediante cotas mensais que demandam análise prévia – valor de mercado do veículo, hodometro atual, gastos já realizados.

A SR/DPF/RO somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho.

Ao longo do ano, os recursos necessários à execução orçamentária e financeira foram objetos de sub-repasses por meio de duodécimos mensais e periódicos pelo órgão central, principalmente referente às despesas de custeio.

No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora e na rubrica investimentos aplicou R\$ 815.758,40 (oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), na aquisição de computadores, grupos gerador, mobiliário, equipamentos e outros.

As informações que dispomos atualmente são insuficientes, já que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e não houve por parte do órgão central regionalização das referidas metas.

Nesse contexto, sugerimos seja difundido no âmbito do Ministério da Justiça e conseqüentemente da Polícia Federal as metas físicas e financeiras por ferramenta que veicule tais dados, de forma a desenvolver uma avaliação com maior consistência e promover a participação das principais partes envolvidas, visando efetivo planejamento, acompanhamento, controle e execução dos produtos das ações e de seus programas de governo, possibilitando a verificação dos índices de execução física e o exame do grau de contribuição desses produtos à consecução do objetivo do programa.

No que se refere a investimentos relacionados a obras e instalações observa-se que houve tão somente o aporte empenhado de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), fato este que afeta negativamente a atividade operacional da Polícia Federal, uma vez que delegacias localizadas na fronteira necessitam de investimentos em estrutura física para melhor comportar suas demandas operacionais e de ambiente de trabalho.

#### 2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O Departamento de Polícia Federal tem buscado desenvolver instrumentos e mecanismos que possibilitem avaliar, de forma consistente, o resultado de seu desempenho institucional, de modo a subsidiar as decisões de seu corpo diretivo, e, também, melhor prestar contas à sociedade e ao Governo Federal sobre sua atuação.

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, houve contratação de instituições que ficariam incumbidas deste propósito em exercícios anteriores, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Gerencial - INDG e da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Todavia, em função de fatores diversos e diante dos resultados iniciais apresentados, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui, entre outras atribuições, a seguinte: "II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial."

Desta forma, pretende-se fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Nos próximos anos, deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

Para a análise dos resultados alcançados pela SR/DPF/RO, convém ressaltar que há dois indicadores institucionais, vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais, cujos resultados, metodologia de cálculo e análises já foram expostos na seção 2.3.1.1 do presente Relatório. A seguir, retrata-se a pertinência da utilização dos referidos indicadores, bem como outros indicadores regionais.

#### 2.4.3.1) Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011.

O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

Todos os esforços são dirigidos para manter o índice relativo à Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais acima de 100%, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento, o que vem se repetindo nos últimos anos. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Todas as Unidades da Unidade Jurisdicionada conseguiram suplantar a meta estabelecida no Plano Plurianual (índice superior a 80%) ao final de 2011. Em 2012, pretende-se averiguar a dimensão das eventuais dificuldades encontradas e serão feitas gestões para as medidas corretivas necessárias.

- b) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

#### 2.4.3.2) Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

- a) **Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2011 e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

- b) Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que o índice 2.4.3.1 (taxa de conclusão), possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

Adicionalmente, foram desenvolvidos indicadores regionais, no âmbito da NEOF/SR/DPF/RO, cujos detalhes são sintetizados adiante.

#### 2.4.3.3) Indicadores de desempenho da execução orçamentário-financeira

- a) Utilidade:** avaliar o desempenho da execução orçamentário-financeira, com base em indicadores de placar balanceado (*Balanced scorecard – BSC*). Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pelo conformista de gestão da Unidade Jurisdicionada junto ao Núcleo de Execução Orçamentário-Financeira (NEOF) e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.
- b) Mensurabilidade:** Trata-se de indicadores que possuem um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditáveis por terceiros, pois os dados são extraídos do SIAFI, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Quadro XXXVIII – Indicadores de desempenho da UJ sob a perspectiva financeira

OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META	INTERPRETAÇÃO	APURAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO	DATA DE AFERIÇÃO	FONTE
Manter controle eficaz da conformidade de gestão e contábil da execução orçamentário-financeira	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras em 2010 - UG 200378	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	24	Inconsistências	Mensal (período: jan/dez-2010)	07/01/2011	SIAFI
					7	Inconsistências*	Mensal (período: jan/dez-2011)	22/03/2012	SIAFI
	Grau de cumprimento das normas orçamentário-financeiras em 2010 - UG 200379	Quantidade de desconformidades apontadas na transação SIAFI >CONCONFCON	Reduzir a zero a quantidade de desconformidades às normas orçamentário-financeiras detectadas/total de itens de análise	menor-melhor	18	Inconsistências	Mensal (período: jan/dez-2010)	07/01/2011	SIAFI
					6	Inconsistências	Mensal (período: jan/dez-2011)	22/03/2012	SIAFI

Comparando-se a execução orçamentário-financeira anos de 2010 e 2011 temos que de 2011 (7) para 2010 (24) reduzimos os erros em 70,83% na UG TESOUREO e 66,66% na UG FUNAPOL sendo 18 inconsistências em 2010 e 6 em 2011.

#### 2.4.3.4) Indicadores de arrecadação da UJ

- a) **Utilidade:** avaliar o desempenho da arrecadação de receitas no FUNAPOL e na área de controle de químicos, ano a ano. Esses indicadores foram mensurados mediante pesquisas realizadas pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF e têm auxiliado o processo de tomada de decisão gerencial pelo Ordenador de Despesas da Unidade.
- b) **Mensurabilidade:** Trata-se de indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados são extraídos do Sistema de Informações de Arrecadação (SIAR), um dos Sistemas Corporativos do DPF, além de ser econômica a produção de tal indicador.

Conforme dados extraídos do - SIAR, do Departamento de Polícia Federal, em 2011, no âmbito de todas as Descentralizadas (interior) e da SR/DPF/RO (capital), foram auferidas receitas no montante de R\$ 2.118.568,53 (dois milhões, cento e dezoito mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos), - contemplando arrecadação relacionada a serviços de migração e passaporte; na área de segurança privada prestados pela Delegacia de Segurança Privada (DELESP); e por meio dos serviços de registro, porte de armas, entre outros, realizados pelo Serviço Nacional de Armas (SINARM), - uma receita total 18,54% maior do que em 2010. Este total de receita representou 0,47% da arrecadação do Órgão.

Salienta-se, ainda, que a arrecadação na área de controle de precursores químicos totalizou R\$ 17.708.638,24 em todas as Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Por conseguinte, é possível inferir que houve elevação da demanda de serviços nas atividades de apoio das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Porto Velho, e principalmente no interior do estado, sendo mantido praticamente o mesmo efetivo de servidores administrativos.

No tocante ao quesito de alocação de recursos orçamentários para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e de atendimento ao público, é possível inferir que todos os esforços convergiram para a máxima aplicação desses recursos, de forma consciente e em sua quase totalidade, embora ainda aja carência de recursos humanos. Por conseguinte, são nítidos os reflexos no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, ano após ano.

#### ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

##### 4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXIX – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

TESOURO	Restos a Pagar Processados				
	Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
	2010	411.239,80	6.846,65	404.393,15	0,00
	2009	21.502,82	0,00	15.473,53	6.030,29
	2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	812.537,63	129.333,20	721.877,76	0,00
2009	1.056.919,31	229.198,18	780.736,91	46.984,22
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	15.602,52	15.602,52	0,00	0,00
2009	21.503,82	0,00	15.473,53	6.030,29
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010 a 2008	0,00	0,00	0,00	0,00

**Observações:** Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.

Fonte: SIAFI Gerencial - Valores em R\$ 1,00

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

O Plano é plurianual, porém, as metas são estabelecidas a cada exercício, variando, em especial, de acordo com as limitações orçamentárias refletidas na LOA, o que faz com que as metas projetadas para cada ano quando da elaboração do PPA não sejam as mesmas que as disponibilizadas e/ou executadas. Nesse contexto, justifica-se a inscrição dos valores em restos a pagar processados e não processados em face do contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridas no exercício, imposto diretamente pelo Governo Federal e indiretamente pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF incorrendo assim em consequências sobre os resultados planejados.

Ainda assim, no que se refere aos restos a pagar verifica-se que ocorreu um decréscimo nos montantes inscritos tanto nos exercícios de 2008, 2009 comparado a 2010. O referido decréscimo decorre de cancelamentos e pagamentos efetuados após a liquidação dos mesmos, conforme pode ser observado nos quadros acima.

Ao longo dos últimos exercícios esta Unidade Jurisdicionada, elevou sua preocupação e realizou estudos e adotou rotinas de execução de despesa, de maneira a se evitar ao máximo a inscrição de valores expressivos em restos a pagar. Tal trabalho estabeleceu limites de tempo e melhor atuação no planejamento das aquisições ordinárias, aquelas que realizamos para o atendimento das demandas rotineiras. Para tanto evitamos ao máximo a realização de certames licitatórios para aquisição de materiais no segundo semestre, de modo a não coincidir o seu encerramento e a possibilidade de empenho das despesas, com a proximidade do encerramento do exercício, quando os prazos para cumprimento, por parte dos fornecedores, das suas obrigações, muitas vezes ultrapassa o final do ano, obrigando a inscrição dos valores empenhados em restos a pagar.



**ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

## 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XL - Composição do Quadro de Recursos Humanos

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)</b>	271	271	5	5
<b>1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>		271	5	5
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	271	5	5
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Total de servidores (1+2)</b>	271	271	5	5

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XLI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>4</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>23</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	11
3.2. A pedido, a critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	4
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	2
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>8</b>
4.1. Doença em pessoa da família	8
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>8</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XLII – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0

1.2.	Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4	0	0
1.2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	4	0	0
<b>2.</b>	<b>Funções gratificadas</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	23	0	0
<b>3.</b>	<b>Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XLIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo		Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
		Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1.</b>	<b>Provimento de cargo efetivo</b>	<b>15</b>	<b>128</b>	<b>47</b>	<b>41</b>	<b>19</b>
1.1.	Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2.	Servidores de Carreira	<b>15</b>	<b>128</b>	<b>47</b>	<b>41</b>	<b>19</b>
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2.</b>	<b>Provimento de cargo em comissão</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
2.1.	Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	1	1	-
2.3.	Funções gratificadas	-	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>15</b>	<b>140</b>	<b>52</b>	<b>46</b>	<b>19</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - situação apurada em 31/12

Quadro XLIV – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo		Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1.</b>	<b>Provimento de cargo efetivo</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>36</b>	<b>192</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1.1.	Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.	Servidores de Carreira	-	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>34</b>	<b>192</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1.3.	Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2.</b>	<b>Provimento de cargo em comissão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>02</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1.	Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.	Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	<b>04</b>	-	-	-
2.3.	Funções gratificadas	-	-	-	-	<b>02</b>	<b>21</b>	-	-	-
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>36</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Planilha SRH/SIAPE - Situação apurada em 31/12

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## 5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/RO, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro XLV – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores aposentados até 31/12	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
1.1 Voluntária	3	3
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: Planilha do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RO – situação em 31/12

Quadro XLVI - Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>42</b>	<b>03</b>
1.1. Integral	31	03
1.2. Proporcional	11	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>42</b>	<b>0</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE e Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/RO – situação em 31/12

### 5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XLVII - Composição do Quadro de Estagiários na UJ

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>62.273,00</b>
1.1 Área Fim	13	13	11	9	62.273,00
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
<b>2. Nível Médio</b>	<b>7</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>48.292,00</b>
2.1 Área Fim	0	0	0	0	48.292,00
2.2 Área Meio	7	17	19	15	0,00
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>110.565,00</b>

Fonte: Sistema SIAPE e Planilhas de Acompanhamento de Estagiários SRH/SR/RO

### 5.4) Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

Excepcionalmente, os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/RO nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados. Providências estão sendo adotadas, mediante aperfeiçoamento dos sistemas de acesso às informações de recursos humanos, visando, em breve, ao compartilhamento de mais dados pelo Órgão Central com outras Unidades Jurisdicionadas do DPF.

Quadro XLVIII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	29.001.212	10.733	4.779.247	990.882	1.085.712	632.630	00	00	64.751	36.565.167
	2010	29.424.158	7.250	4.678.470	1.018.771	1.166.543	298.481	00	16.683	94.564	36.704.920
	2009	26.190.055	7.919	4.333.388	909.982	516.974	148.499	00	00	32.053	32.138.870
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011		0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	373.586	-	-	-	-	28.170	-	-	-	401.756
	2009	395.807	-	-	-	-	14.880	-	-	-	410.687
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	-	-	65.484	-	-	-	-	-	-	65.484
	2010	-	-	73.067	-	-	-	-	-	-	73.067
	2009	-	-	69.924	-	-	-	-	-	-	69.924
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	-	-	26.195	-	-	-	-	-	-	26.195
	2010	-	-	26.117	-	-	-	-	-	-	26.117
	2009	-	-	23.855	-	-	-	-	-	-	23.855

Fonte: SIAFI – Valores em R\$ 1,00

5.5) Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro XLIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

<b>Unidade Contratante</b>													
<b>Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia</b>													
<b>UG/Gestão:</b> 200378/00001							<b>CNPJ:</b> 00394494/0038-28						
<b>Informações sobre os contratos</b>													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	011/2009	07.436.461/0001-50	1/1/2010	31/12/2012	34	31					P
2010	V	O	009/2009	02.576.238/0004-38	1/1/2010	31/12/2012	16	12					P

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/RO

Quadro L - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia													
UG/Gestão: 200378/00001							CNPJ: 00394494/0038-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	6	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/3/2011	21/3/2012	1	1					A
2011	9	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/3/2011	21/3/2012			1	1			A
2011	14	O	009/2011	07.436.461/0001-50	22/3/2011	21/3/2012			1	1			A
2011	7	O	007/2011	34.724.773/0001-32	14/3/2011	13/3/2012			18	18			A
2010	11	O	001/2010	04.844.192/0001-73	7/1/2010	31/12/2012			5	5			P
2010	11	O	001/2010	04.844.192/0001-73	7/1/2010	31/12/2012			6	1			P
2010	11	O	001/2010	04.844.192/0001-73	7/1/2010	31/12/2012	5	4					P
2010	11	O	001/2010	04.844.192/0001-73	7/1/2010	31/12/2012			1	1			P
2010	11	O	001/2010	04.844.192/0001-73	7/1/2010	31/12/2012			3	3			P
2010	1	O	011/2009	07.436.461/0001-50	1/1/2010	31/12/2012	34	31					P
2010	3	O	009/2009	02.576.238/0004-38	1/1/2010	31/12/2012	16	12					P
Observação: Na área de Informática em 2011 e 2012 temos contrato de Gerenciamento de incidentes, com suporte técnico remoto e presencial (Service Desk) a usuários nos termos da Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2008, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, não se tratando, portanto de locação de mão-de-obra.													
<b>LEGENDA</b>							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Área de Gerenciamento de Contratos/SELOG/SR/DPF/RO

## 5.6) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

### Considerações gerais

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas. Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle. Nesta Unidade Jurisdicionada, não houve nenhuma ocorrência de doença ocupacional comprovada em 2011.



- **Rotatividade (turnover)** – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal. Ocorreu durante o ano de 2011 o ingresso de cinco (5) servidores em virtude de remoção, vinte e três (3) desligamentos por remoção, duas (2) demissões, duas (2) exonerações e uma (1) vacância.

- **Educação Continuada** - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

- a) Nenhum caso de LER
- b) 1 Processo Especial de Acidente de Serviço aprovado

- **Satisfação e Motivação**

Instituição da Atividade Física obrigatória IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- **Disciplina** - A cargo da Corregedoria Regional da SR/DPF/RO, mediante o desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho. Em 2011, foram instaurados 6 (seis) Procedimentos Administrativos Disciplinares e 12 (doze) sindicâncias investigativas. Ademais, a Corregedoria realizou, em 3 (três) unidades desta Unidade Jurisdicionada, 1 (uma) correição ordinária, sendo que 2.429 (dois mil, quatrocentos e vinte e nove) Inquéritos Policiais desta SR e das Delegacias do interior foram examinados em correições parciais. Também foram correicionados 64 (sessenta e quatro) Termos Circunstanciados na Superintendência em Rondônia.

Tipo	SR/DPF/RO		DPF/JPR/RO		DPF/GMI/RO		DPF/VLA/RO		Total	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Sindicância Investigativa	4	7	4	1	0	0	3	4	11	12
Sindicância Acusatória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processo Disciplinar	8	6	1	0	1	0	1	0	11	6
Total de procedimentos instaurados	12	13	5	1	1	0	4	4	22	18

- **Desempenho funcional**

Há avaliação de desempenho funcional distribuída:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- **Níveis Salariais**

- a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;
- b) Administrativos: Divididos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

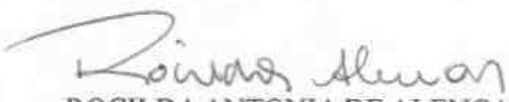
**- Aposentadoria versus reposição do quadro**

Até a presente data não houve nenhum tipo de reposição de servidores na área meio para suprir as aposentadorias e demandas de trabalhos.

**ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

**7. 1) Declaração sobre Contratos e Convênios – SIASG e SICONV**

Quadro LI - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia	200378 / 200379
<p>Eu, ROCILDA ANTONIA DE ALENCAR, CPF nº 569.162.722-87, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercido na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Rondônia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos celebrados por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contratos de repasse, termos de parceria, ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: right;">Porto Velho/RO, 07 de fevereiro de 2012</p> <p style="text-align: center;"> ROCILDA ANTONIA DE ALENCAR CPF nº 569.162.722-87 Agente Administrativo</p>	

**ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****8. 1) Informações sobre Declarações de Bens e Rendas**

Quadro LII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	4	1	NA
	Entregaram a DBR	4	1	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	NA	NA	NA
	Entregaram a DBR	NA	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23	23	23
	Entregaram a DBR	23	NA	NA
	Não cumpriram a obrigação	NA	NA	NA

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo:

**ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

9.1) Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro LIII - Estrutura de Controles Internos da SR/DPF/RO

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,					X

armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p><b>Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos:</b> Para análise dos quesitos utilizamos como parâmetros os dados disponíveis no SISCART, SIGEPOL, bem como a Conformidade de Gestão para as questões orçamentárias e financeiras. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados por meio de Manual específico, difundido no âmbito do DPF, dentre outras normatizações internas. Os Setores diretamente envolvidos correspondem ao Gabinete, Delegacia Executiva, Setor de Administração e Logística Policial, Delegacia de Combate ao Crime Organizado, Corregedoria e Cartório com designação de servidor lotado no GAB/SR/DPF/RO para fornecer as respostas.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão. Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela Controladoria-Geral da União, pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Assim, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente no Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

**ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

**10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Quadro LIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <b>a) As Licitações são realizadas de acordo com a IN nº 1, de 19/01/10 do MPOG - Critérios de Sustentabilidade Ambiental para aquisição de bens e contratação de serviços ou obras pela Administração Pública direta; e b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.</b>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <b>Sim. Exigência de certificação do INMETRO no edital de material de expediente.</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<b>Ainda não é possível avaliar</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <b>Pregão Eletrônico n. 02/2011 – material de expediente e outros.</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Aquisição de canecas de louça - A utilização das canecas reflete a preocupação ambiental da Polícia Federal de reduzir o impacto que as atividades do órgão exercem sobre o meio ambiente, diminuindo a emissão de material plástico na natureza pela substituição dos copos descartáveis por canecas produzidas com material mais durável.</b></li> <li>➤ <b>Aquisição de caneta esferográfica tipo ecológica, corpo plástico composto de polipropileno e material reciclado (tipo caixas de longa vida), nas cores preta, azul e vermelha, tampinha em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa composta de mistura de polietileno e material reciclado (tipo caixas de longa vida) com respirador e clip para fixação no bolso, embaladas</b></li> </ul>					

<p><b>em caixas com 12 unidades.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Aquisição de lápis tipo ecológico hb nº 2, composição do corpo: mínimo de 40% de poliestireno reciclado, sem madeira.</b></li> <li>➤ <b>Aquisição de papel a4 reciclado, para utilização em impressoras laser e jato de tinta, produzido com filme de tecnologia bopp biodegradável.</b></li> <li>➤ <b>Aquisição de pilha recarregável.</b></li> </ul> <p><b>Pregão 13/2011 – Contratação de serviços de recarga de toners. Uso de produtos recicláveis.</b></p> <p><b>Pregão 10/2011 - Aquisição de combustível do tipo óleo diesel com adição de 2% de biodiesel.</b></p> <p><b>Aquisição por meio de adesão a atas de registros de preços:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Aquisição e instalação de novos aparelhos de ar condicionados com baixo consumo energético e redução da poluição;</b></li> <li>➤ <b>Aquisição de aparelhos elétricos com eficiência energética.</b></li> </ul>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Não se aplica			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <b>Há alguns anos a Superintendência realiza anualmente procedimento licitatório para contratação de serviços específicos de recarga de cartuchos e toners, para utilização nos equipamentos fora da garantia.</b>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Por meio de comunicação oficial (memorando), reuniões periódicas e publicação de aviso na intranet.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X

Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?

**1) Campanha do Carbono Neutro com o plantio de 1.200 árvores nativas;**

**2) Comissão de Coleta Seletiva Solidária constituída nesta Regional.**

Considerações Gerais:

**Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:** Considerando que a Comissão Permanente de Licitações e a Área de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RO lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) servidor lotado na CPL/SELOG/SR/DPF/RO.

Considerando o disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio da Portaria nº 34/2008-SR/DPF/RO, de 01/04/2008 foi criada a Comissão de Coleta Seletiva Solidária no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. A referida Comissão é responsável por coordenar a implantação dos trabalhos de coleta no prédio e estabelecer o relacionamento do DPF com as associações e cooperativas de catadores participantes em todas as etapas do processo, especialmente nas fases de cadastramento e celebração dos acordos locais, além de acompanhar a implantação do programa em todas as suas etapas, desde o início da realização do diagnóstico, o planejamento da infraestrutura para a seleção de material e para a coleta diferenciada dos resíduos, o armazenamento temporário, o sistema de retirada do material, a sensibilização e educação permanente dos servidores e demais integrantes da instituição, até a avaliação e monitoramento do processo. Pretende-se atualizar o Normativo, com a publicação de nova Portaria em 2012. Para regular implementação contamos com o registro de preços das lixeiras para coleta seletiva cujo pregão eletrônico nº 8/2011 está em vias de ser publicado.

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

*Fonte: Setor de Licitações/SELOG/SR/DPF/RO*



**ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010****11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial**

Seguem adiante três quadros com dados sobre a distribuição espacial e discriminação dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia, bem como sobre os imóveis locados por esta Regional.

Quadro LV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF RO</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
	Porto Velho	3	3
	Ji-Paraná	1	1
	Guajará-mirim	3	3
	Vilhena	2	2
	Pimenteiras	1	1
	Costa Marques	1	2
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>11</b>	<b>12</b>
<b>EXTERIOR</b>		Não há	Não há
<b>Subtotal Exterior</b>		-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>11</b>	<b>12</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

Quadro LVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF RO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Pimenta Bueno	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>EXTERIOR</b>		Não há	Não há
<b>Subtotal Exterior</b>		-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

Quadro LVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da Unidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel <sup>1</sup>	Instalações <sup>2</sup>
200378 - TESOURO	0013.00044500-4	13	4	254.815,61	24/03/2011	736.916,54		127.932,48
	0005.00051.500-1	13	3	222.759,85	30/12/2011	1.698.343,03		78.216,72
	0003.00416.500-9	12	4	237.087,27	24/03/2011	836.284,45		158.373,48
	0001.00054.500-5 <sup>3</sup>	12	4	21.250,00	23/03/2011	39.291,25		
	0003.00417.500-4	12	4	144.639,78	24/03/2011	377.607,66		
	0003.00362.500-6	12	4	243.667,53	24/03/2011	614.915,57		
	0013.00043.500-9	13	4	265.589,10	24/03/2011	800.980,00		
	0001.00200.500-8 <sup>3</sup>	12	4	30.020,00	26/04/2011	50.000,00		
	0021.00032.500-0 <sup>3</sup>	12	4	20.020,00	26/04/2011	-		
	0001.00206.500-0	12	4	*	26/04/2011	864.585,20		51.245,28
<b>Total</b>								<b>415.767,96</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET

<sup>1</sup> Não ocorreram investimentos em reforma e ou novas instalações considerados o período; <sup>2</sup> Os valores apresentados referem-se aos gastos com manutenção predial envolvendo as funções de eletricitista de alta e baixa tensão, ajudante de oficial e oficial de manutenção juntamente com os insumos utilizados e; <sup>3</sup> Refere-se a terreno.

\* Não consta valor histórico, tão somente de sua reavaliação.

Para avaliação do valor dos terrenos foi utilizada a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, compreendida no período da última avaliação dos imóveis no *SPIUnet*.

Para o cálculo dos valores das benfeitorias, utilizou-se a área constante no cadastro no *SPIUnet* e o CUB – Custo unitário básico de construção, fornecido pelo SIDUSCON/RO, para o mês de fevereiro de 2011, padrão residencial baixo.

Ressalta-se que, com relação aos imóveis n°s 0001.00054.500-5, 0001.00200.500-8, 0021.00032.500-0, não foi calculado o valor referente às benfeitorias existentes nos mesmos, uma vez que não consta área construída no *SPIUnet*.

Do imóvel em Pimenteiras, temos atualmente instalada a Base CONFRON – Controle de Fronteiras - em área cedida de forma precária pelo IBAMA, fato que inviabiliza sua inclusão no *SPIUnet*, onde os custos com manutenção predial, recursos logísticos e humanos são subsidiados por essa Regional.

Dentre as medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis esta Regional mantém contrato vigente com empresa especializada em manutenção predial.

## **ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

### **12.1) Gestão de Tecnologia da Informação**

No DPF, a área de Tecnologia de Informação é composta por um órgão central, a Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI, responsável pela elaboração e consolidação do Plano Diretor de Informática, pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos, pela estrutura da intranet e conexões dessa com a internet, entre outras funções típicas de Direção Geral. Regionalmente, nas Superintendências, os Núcleos de Tecnologia da Informação - NTIs são responsáveis pela difusão e aplicação das diretrizes e normas traçadas pela CTI, pela manutenção da infraestrutura de TI, em especial equipamentos e intranet, e pelo atendimento aos usuários da região.

Segue adiante um quadro contendo a avaliação da gestão de Tecnologia de Informação no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. Entretanto, salienta-se que muitos dos quesitos adiante avaliados não se aplicam aos NTIs. Nesse contexto, com o intuito de não prejudicar o quesito, o mesmo foi respondido como (1) – Totalmente Inválida.

Quadro LVIII - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Perfil dos Recursos Humanos envolvidos</b>					

4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10, sendo 2 servidores e 8 terceirizados			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X			
<b>Segurança da Informação</b>				
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>				
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X	
Considerações Gerais: As respostas aos quesitos acima foram dadas pelo chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Superintendência Regional do DPF em RO (SRRO) com a colaboração de sua equipe de trabalho.				
<b>LEGENDA</b>				
<b>Níveis de avaliação:</b>				
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.				
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.				

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação/SR/DPF/RO

## ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### 13.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos números 5.355/2005, 6.370/2008, 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

Em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais adiantamentos, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, houve acréscimo de menos de 1% das despesas pagas mediante suprimento de fundos, exatamente 0,67%, em relação ao ano de 2010 e redução de 18,98% se comparado a 2009. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos no quadro abaixo.

Quadro LIX - Despesas pagas com cartão de crédito corporativo por UG e por suprido (Despesas de Pequeno Vulto)

Código da UG: 200379		Limite de Utilização da UG: 60.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
HILTON CAMPOS DE FRANÇA FILHO	139.379.362-20	8000,00	1370,00	6600,00	7.970,00
NOÉ MARINHO FALCÃO FILHO	015.435.472-49	8000,00	2.910,00 <sup>1</sup>	4.940,29	7.850,29
NOÉ MARINHO FALCÃO FILHO	015.435.472.49	8000,00	1.180,00	5.880,36	7.060,36
<b>Total utilizado pela UG sob Regime de Pequeno Vulto</b>			<b>5.460,00</b>	<b>17.420,65</b>	<b>22.880,65</b>

Fonte: SIAFI

<sup>1</sup>O servidor restituiu R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) haja vista ter ultrapassado o limite de 30% para saque.

Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010. Assim, o quadro acima apenas contempla o CPF dos supridos que realizara despesas de pequeno vulto.

Quadro LX – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo - (Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200379	
<b>Regime Especial de execução</b>		
		<b>Valor Individual Concedido</b>
		<b>Total Efetivamente aplicado</b>
Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução		<b>637.600,00</b>
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução		<b>572.027,34</b>
		<b>862.200,00</b>
		<b>541.540,88</b>

Fonte: SIAFI

Quadro LXI – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Pequeno Vulto e Regime Especial de Execução

UG 200379					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
<b>2011</b>	<b>527</b>	<b>421.148,34</b>	<b>66</b>	<b>173.759,65</b>	<b>594.907,99</b>
<b>2010</b>	<b>182</b>	<b>315.099,64</b>	<b>85</b>	<b>275.877,01</b>	<b>590.976,65</b>
<b>2009</b>	<b>642</b>	<b>373.692,78</b>	<b>120</b>	<b>355.640,61</b>	<b>729.333,39</b>

**ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União nos exercícios de 2010 e 2011.

15.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Como não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada, não existindo portanto, deliberações pendentes de atendimento nos exercícios de 2010 e 2011.

15.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não recebeu recomendações da Controladoria Geral da União nos exercícios de 2010 e 2011.

**ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010**

17.1) Outras informações consideradas relevantes pela UJ e dificuldades enfrentadas na gestão

Dentre as Operações Policiais que mais se destacaram em 2011, evidenciamos:

✓ OPERAÇÃO TERMÓPILAS - Desenvolvida pela SR/RO. Combate à corrupção e desvio de recursos públicos (desarticulou quadrilha que agia sob a liderança do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e praticava crimes no âmbito de algumas Secretarias de Estado, em especial as Secretarias da Saúde e da Justiça, além do DETRAN local);

✓ OPERAÇÃO DINIZIA II - Desenvolvida pela SR/RO. Combate a crimes ambientais desarticulou quadrilha especializada em invasão de terras públicas da União e exploração ilegal de

madeiras, atuante na região do distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, divisa com o município de Lábrea/AM)

✓ OPERAÇÃO KARIPUNA - Desenvolvida pela DPF/GUAJARÁ MIRIM. Desmantelou grupo que ameaçou membro da Magistratura Federal de Rondônia, em razão de sua atuação profissional.

✓ OPERAÇÃO ANJOS DO ASFALTO - Desenvolvida pela DPF/JI-PARANÁ. Combate à corrupção e desvio de recursos públicos (desarticulou um grupo organizado atuante no desvio de verbas públicas federais no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, em Rondônia e no Acre).

Os resultados e ações ostensivas das OPERAÇÕES ROOSEVELT, ARCO DE FOGO, SENTINELA, PORTAL e DEFESA DA VIDA também apresentaram resultados relevantes.

A Operação ROOSEVELT, com uma presença enfática em todo o entorno da reserva indígena dos índios Cinta Larga, tem conseguido coibir a entrada de insumos aos garimpeiros ilegais e também a retirada de pedras preciosas do interior da reserva.

A Operação SENTINELA, com apoio da Força Nacional, tem se posicionado estrategicamente ao longo da extensa fronteira rondoniense com a Bolívia, e ao longo da BR 364, dificultando sobremaneira as atividades ilícitas de tráfico de drogas e de armas, impedindo a entrada e o escoamento de substâncias ilícitas para o restante do Brasil, oriundas da Bolívia e do Peru, ingressadas pelos Estados de Rondônia e Acre;

A OPERAÇÃO ARCO DE FOGO continua atuando fortemente no Estado de Rondônia, obstruindo o transporte ilegal de madeira para os polos industriais e pontos de exportação, impedir o desmatamento ilegal e consequente devastação das florestas amazônicas e realizar a extrusão de ocupantes das florestas públicas;

A Operação DEFESA DA VIDA, desencadeada em junho de 2011, como resposta imediata do Governo Federal aos conflitos agrários que ocorreram na região Norte em 2011, destacou um importante efetivo de policiais federais que, somados aos policiais desta SR/DPF/RO tem apoiado os trabalhos dos órgãos que lidam diretamente com as situações conflituosas – INCRA, IBAMA, Instituto CHICO MENDES – além de realizarem diligências voltadas ao esclarecimento de crimes cometidos por razões agrárias.

A Operação PORTAL, de fiscalização da rota de escoamento dos produtos extraídos de nossas reservas, além de combater outros crimes, teve sua atuação prejudicada em 2011 devido ao deslocamento dos servidores do IBAMA, que integravam a operação, para outras frentes de atuação.

No conjunto total, foram desencadeadas quatro grandes operações em suas 03 (três) Delegacias do interior do Estado e na Superintendência. Nas operações deflagradas foram cumpridos 100 mandados de busca e apreensão, 28 mandados de prisão e efetuadas 03 prisões em flagrante. Convém ressaltar as importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, já citados acima, bem como Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil de RO, Brigada Militar, entre outros.

Dentre os indicadores de produção, um dos mais importantes é o número de laudos elaborados, tendo em vista ser o mais representativo da atividade precípua do segmento Técnico-Científico, qual seja: a elaboração de exames periciais. Nesse contexto, convém detalhar a produção de laudos do Setor Técnico-Científico (SETEC) e da Unidade Técnico-Científica (UTEC) de Vilhena (VLA) desta Unidade Jurisdicionada, pois são setores que refletem, de forma consistente, a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, já que a eles são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/RO e de suas descentralizadas.

No ano de 2011, foram registrados resultados expressivos, mensurados por dados estatísticos e participações relevantes do SETEC e UTEC, sendo elaborados no somatório global 1.206,00 Laudos Periciais Criminais. Há de se observar não houve alterações significativas no efetivo em 2011. Adiante, seguem quadros com o quantitativo de Laudos Periciais elaborados no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

Quadro LXII - Produção de Laudos do SETEC/SR/DPF/RO por Área de Exame

<b>Tipo de Laudo</b>	<b>Quantidade</b>
Perícias Contábeis e Econômicas	9
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	45
Perícias de Balística Forense	50
Perícias de Engenharia	7
Perícias de Informática	290
Perícias de Química	111
Perícias de Local de Crime	25
Perícias de Meio Ambiente	159
Perícias de Audio e imagens	25
Perícias de Veículos	43
Perícias Documentoscópicas	151
Perícias Merceológicas	4
Perícias Papiloscópicas	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>919</b>

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Quadro LXIII - Produção de Laudos da UTEC/DPF/VLA/SR/DPF/RO por Área de Exame

<b>Tipo de Laudo</b>	<b>Quantidade</b>
Perícias Contábeis e Econômicas	5
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	7



Perícias de Informática	28
Perícias de Química	15
Perícias de Local de Crime	4
Perícias de Meio Ambiente	64
Perícias de Veículos	46
Perícias Documentoscópicas	116
Perícias Merceológicas	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>287</b>

Fonte: Sistema de Criminalística do DPF

Segue resumo das atividades de segurança privada

<b>CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA</b>			
ANO	Registro de certificado de formação de vigilante	Registro profissional de vigilante em CTPS	Valores arrecadados
2010	1672	1672	R\$ 234.959,79
2011	3204	3205	R\$ 251.314,78

Fonte: DELESP/SR/DPF/RO

SEGURANÇA PRIVADA																		
2010	Vistoria renovação plano de segurança	Vistoria renovação Alvará Serviço Orgânico	Vistoria instalação física para renovação certificado segurança	Vistoria renovação certificado vistoria de veículo	Parecer saneamento processo compra de armas e munições	Parecer renovação portaria plano segurança	Parecer renovação alvará funcionamento serviço orgânico segurança	Parecer para autorização de funcionamento	Parecer renovação certificado de vistoria veículo	81	5	11	17	16	28	6	5	14
	Emissão funcionamento orgânico	alvará serviço	Emissão certificado segurança	Emissão portaria plano segurança	Emissão certificado vistoria veículo	Emissão de declaração ou certidão	Encerramento de atividades clandestinas	Alteração de atos constitutivos	Emissão de carteira nacional vigilante – CNV	5	7	32	17	13	4	8	1.204	
2011	Vistoria renovação plano de segurança	Vistoria renovação Alvará Serviço Orgânico	Vistoria instalação física para renovação certificado segurança	Vistoria renovação certificado vistoria de veículo	Parecer saneamento processo compra de armas e munições	Parecer renovação portaria plano segurança	Parecer renovação alvará funcionamento serviço orgânico segurança	Parecer para autorização de funcionamento	Parecer renovação certificado de vistoria veículo	138	4	23	26	20	108	3	10	19
	Emissão funcionamento orgânico	alvará serviço	Emissão certificado segurança	Emissão portaria plano segurança	Emissão certificado vistoria veículo	Emissão de declaração ou certidão	Encerramento de atividades clandestinas	Alteração de atos constitutivos	Emissão de carteira nacional vigilante – CNV	2	14	90	26	13	5	1	1597	

## 17.2) Gestão com qualidade e perspectivas de melhorias futuras nos controles internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na sequência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “Gespública” foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exhibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações. O Programa “Gespública” tem papel fundamental em tal dinâmica, uma vez que suas estratégias, modelos e procedimentos incorporam as atuais necessidades em questão e a SR/DPF/RO já recebeu do Ministério do Planejamento a certificação de nível de gestão em 09/06/2010, baseado no modelo “Gespública”.


Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os

controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

## ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 1. Declaração do Contador Responsável

Quadro LXIV - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE RO – SR/RO/DPF	200378 - 200379
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b>, em relação à UG 200379, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

## SEÇÃO IV

### RESULTADOS E CONCLUSÕES

Durante o ano de 2011 esta Superintendência Regional envidou esforços objetivando alcançar melhores condições de trabalho, eficiência e qualidade nas ações contra o crime organizado.

Dentre as ações planejadas, a redução da quantidade de inquéritos policiais em andamento foi eleita como uma das prioridades, considerando que a diminuição da carga de trabalho dedicado à condução de inquéritos policiais abriria espaço e tempo para ações mais profundas contra a criminalidade organizada.

Imbuídos de tal propósito, todo o efetivo policial, atendendo aos planejamentos elaborados pela Delegacia Regional Executiva e Corregedoria Regional de Polícia Federal, juntamente com os chefes das delegacias do interior, atuou fortemente nas atividades inerentes aos inquéritos policiais, tais quais, oitivas de envolvidos, intimações, relatórios policiais, identificação de pessoas, cumprimento de prazos previstos em Instruções Normativas, apresentação de representações policiais, elaboração de laudos periciais, relatórios de conclusão de inquéritos, tratativas com o Ministério Público Federal, Justiça Federal etc.

Tal postura combativa e comprometida com os objetivos inicialmente traçados, trouxe como resultado a destacada posição do Estado de Rondônia no tocante à estatística de produtividade aferidas pela Corregedoria Geral de Polícia Federal. No ano de 2010, com uma produtividade percentual de 162%, o Estado de Rondônia alcançou a 1ª colocação nacional em termos de taxa de conclusão de Inquéritos Policiais. A continuidade dos esforços desenvolvidos em 2011, fizeram com que nossa taxa de produtividade saltasse para 173%.

Os resultados operacionais no quesito combate ao crime organizado também foram positivos, permitindo ao DPF dar uma resposta bastante positiva para a sociedade rondoniense principalmente no combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Operações de grande impacto foram concluídas em 2011 e várias outras foram iniciadas ou continuaram em andamento.

Na área administrativa também houve avanços, especialmente com a implantação do GesPública que visa a evolução dos procedimentos burocráticos, com simplicidade, controle e nível de excelência na administração da unidade.

As principais dificuldades se deram em virtude do contingenciamento de recursos para diárias, serviços, aquisição de material permanente, reformas e construções.

No que concerne à área de recursos humanos, o efetivo de servidores policiais e administrativos encontra-se insuficiente face às atribuições da Polícia Federal neste Estado. Por meio da coleta de dados junto as Delegacias, Setores e Descentralizadas que compõem a estrutura da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia, observamos a problemática da carência de recursos humanos, principalmente da área meio, servidores do Plano Especial de Cargos, como um dos principais problemas enfrentados para cumprimento de suas tarefas.

É de conhecimento público que o último concurso para o preenchimento de vagas na área administrativa ocorreu a mais de 08 (oito) anos e que muitos dos servidores aprovados e nomeados naquele concurso já deixaram o órgão em busca de melhores remunerações, quer seja na iniciativa

privada, quer seja em outros órgãos da administração pública. A principal dificuldade detectada diz respeito à questão salarial, pois não corresponde ao desejado pela categoria. É sintomático desta afirmação que dos dezoito (18) servidores da carreira administrativa que tomaram posse na Superintendência deste Estado, oriundos do concurso realizado no ano de 2004, somente 8 (oito) permanecem na regional. Os demais foram removidos ou deixaram o órgão em razão de vacância, sendo que a grande maioria dos remanescentes deste grupo, que em sua quase totalidade detém formação superior, constantemente tem realizado concursos públicos almejando ingressar em outras categorias do serviço público. Pertinente tais informações dada a criticidade que se apresenta a cada ano. Ressalte-se que temos 24 (vinte e quatro) servidores na ativa que já possuem tempo e idade para aposentadoria voluntária, ou seja, considerável parcela dos servidores da área meio. Depreende-se como medida para minimizar tal problemática a abertura de concurso público visando repor as vagas decorrentes das remoções, vacâncias e aposentadorias. No mesmo passo, está o aumento da remuneração da categoria administrativa, valorizando o trabalho destes. Assim, a escassez de servidores para atender à crescente demanda dos serviços sob responsabilidade desta SR/DPF/RO, em especial dos servidores do quadro especial de cargos – administrativos que desenvolvem atividades na área-meio.

Vale lembrar que a Direção Geral da PF vem envidando esforços junto aos canais competentes para implementar a concessão de gratificação por lotação em área de fronteira, bem como as Funções Comissionadas Técnicas via DGP, englobando assim, todos os servidores do DPF neste Estado, tendo como um de seus resultados práticos minorar a demanda de remoções.

No que concerne à área meio e fim, ambas necessitam de avanços quanto à implementação de programas que proporcionem bem-estar físico e psicossocial. Ressalte-se a importância da prática desportiva obrigatória para os policiais e, facultativa aos administrativos e também a disponibilidade de exames periódicos estendidos a todos os servidores com ônus pelo DPF.

Há também a necessidade de dotar a SR/DPF/RO de recursos logísticos: aquisição de novas viaturas (fluviais e terrestres); equipamentos de informática e de telefonia; mobiliários; armamentos e construção de sua sede nova, bem como de novas instalações físicas para abrigar a Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim e Vilhena/RO.

Em uma análise geral, consideradas as adversidades ante a insuficiência de recursos, de pessoal, esta unidade gestora cumpriu com sua missão institucional dentro da política de segurança pública no Estado de Rondônia e conseqüentemente no país que, numa síntese do que dispõe as diretrizes do Ministério da Justiça e Polícia Federal, competindo-lhe levar à população deste Estado, condições para o desenvolvimento das ações de crescimento com cidadania.

Neste contexto organizacional e estratégico, todas as descentralizadas e delegacias especializadas no Estado de Rondônia estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional atendendo as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para alcançar tal desiderato a Superintendência Regional no Estado de Rondônia atuou diretamente nos seguintes pontos:

- ✓ Intensificação à repressão ao crime organizado, ações operacionais na área de fronteira com coordenação baseada em mecanismos investigativos e de inteligência policial, ampliando as bases de dados;
- ✓ Intensificação das ações de cooperação internacional;
- ✓ Esforços no sentido de agilizar os fluxos informativos entre instituições policiais e de inteligência para melhor combater a criminalidade;
- ✓ Mobilização e direcionamento do efetivo disponível no Estado, visando fortalecer as ações de combate ao crime organizado, bem como fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- ✓ Expansão da cooperação com a Força Nacional de Segurança Pública, a exemplo do que ocorrem nas operações ROOSEVELT, ARCO DE FOGO e SENTINELA;
- ✓ Integração com as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;

O aumento do número de meios, principalmente no que diz respeito à aquisição de equipamentos direcionados à atividade investigativa, armamento e munição, viaturas e equipamentos para a área técnica-científica e mobiliário para as Descentralizadas, foi um fator que veio ao encontro à crescente necessidade de preparo e condições frente ao aumento da criminalidade. Considerando os escassos recursos financeiros no ano, foram atendidas em parte as demandas do dia-a-dia dos policiais federais e das atividades técnico-administrativas, necessitando ainda de um incremento no que diz respeito aos equipamentos individuais (coletes balísticos, por exemplo) e coletivos, e também na manutenção, especialização e aprimoramento dos servidores.

As ações de capacitação melhoraram no período, com o planejamento de cursos, participação em seminários, educação e ensino à distância, mas precisam ser mais difundidas, para motivar os servidores a participação.

Do Relatório de Inspeção Anual das instalações da SR/DPF/RO e suas Descentralizadas 2011 foi apresentada demanda de recursos orçamentários e financeiros a fim de proceder a licitação do Projeto Executivo relativo à construção da nova sede da Superintendência Regional em Rondônia vez que sua atual estrutura física é inadequada à sua finalidade, tanto quanto ao aspecto estrutural, quanto aos físicos e logísticos. Dentre os diversos problemas identificados na sede da SR/RO destacamos: estrutura física atual muito antiga; espaço físico insuficiente; ausência de segurança adequada às instalações; mau aproveitamento do terreno, com problemas na circulação interna; carência de banheiros adequados ao público externo e interno, dentre outras. E ainda, as instalações das Delegacias de Guajará-mirim/RO e Vilhena/RO, face às limitações físicas, estrutura antiga, espaço insuficiente se confrontado a demanda dos trabalhos e efetivo lotado, merecem especial atenção por se tratar de Delegacia de fronteira.

Ressalte-se ainda a necessidade de construção de um Núcleo Especial de Polícia Marítima/Fluvial - NEPOM NEPOM/DPF/SR/GMI as margens do Rio Mamoré em Guajará-Mirim-RO, em terreno já doado pela União construção, a contar com efetivo previsto de pelo menos 10 (dez) servidores, objetivando principalmente a prevenção e a repressão aos ilícitos praticados a bordo, contra ou em relação a embarcações na costa brasileira e, a fiscalização do fluxo migratório no Brasil (entrada e saída de pessoas), sem prejuízo da prevenção e repressão aos demais ilícitos de competência do DPF, inclusive estendendo-se além do limite territorial, quando se fizer necessário e observadas as normas específicas da Marinha do Brasil. Além disso, compreendem atividades do NEPOM as providências ou medidas que devam ser implementadas nos portos, terminais e vias

navegáveis, objetivando manter a segurança, quando não constituam atribuições específicas das Polícias Civil, Militar ou Forças Armadas.

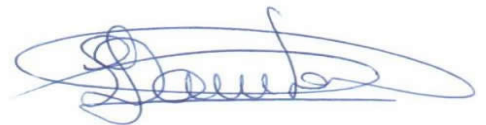
Ademais, a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia mantém a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal, tendo sido desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

Porto Velho, 25 de março de 2012



---

Laira Giacomett de Carvalho  
Chefe Setor de Administração de Logística Policial



---

Donizetti Aparecido Tambani  
Superintendente Regional



## ANEXO I – MAPA ESTRATÉGICO DO DPF

